



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Processo n.º 025/2014

Tomada de Preços n.º 001/2014

Edital n.º 015/2014

O MUNICIPIO DE PARIQUERA-AÇU, com sede, a Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Pariqueira-Açu, inscrita no CNPJ/MF. 45.685.120/0001-08, através do Prefeito Municipal, o Sr. JOSE CARLOS SILVA PINTO, divulga que realizará em sessão pública, na sua sede, no local indicado na letra “a” adiante, uma licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO em regime de EMPREITADA GLOBAL, objetivando a Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE A SER CONSTRUIDO NA RUA MAXIMO ZANELLA, S/N, NESTE MUNICIPIO.(com Mão de Obra e Material), solicitado pelo Departamento de Obras, regida pela Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006, pela legislação complementar e de conformidade com os termos e condições do EDITAL, com as seguintes características:

a) Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

Rua XV de novembro, 686 – Centro

PARIQUERA-AÇU/SP 11930-000

b) Valor estimado da obra: R\$ 588.931,83 (quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos)

c) Prazo de Execução: 12 (doze) meses

d) Recebimento dos envelopes n.º 01 – HABILITAÇÃO e n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇO até às 09:00 (nove horas) do dia 09 de JUNHO de 2014

e) Abertura dos Envelopes n.º 01 – HABILITAÇÃO e n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇO: ocorrerá a partir das 09:30 (nove e trinta horas) do dia 09 de JUNHO de 2014

f) Os licitantes poderão retirar o edital e seus anexos no endereço acima mencionado, no horário das 08:00 às 12:00 h e das 13:30 às 17:30 h

Pariqueira-Açu, 22 de MAIO de 2014

JOSÉ CARLOS SILVA PINTO

Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 002 /2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2014

ORGÃO INTERESSADO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREÂMBULO:

O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS torna público a quem possa interessar que de ordem do Sr. Prefeito Municipal e conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2014, acha-se aberto EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, objetivando o LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU / SP, devendo os interessados entregar os envelopes contendo os documentos e propostas até às 09:00 HORAS do DIA 24 DE JUNHO DE 2014 no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS, à Rua XV de Novembro, 686 – Centro - PARIQUERA-AÇU - SP, os quais serão abertos em seguida.

A presente licitação é do tipo técnica e preço, e se processará de conformidade com este Edital e com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis Federais n.ºs . 8.883/94 e 9.648/98, neste ato intitulada Lei.

1 DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação destina-se a receber propostas para o LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS, MOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU / SP, compreendendo:

- a- Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- b- Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- c- Vetorização de Feições a Partir da Ortofoto;
- d- Elaboração da Planta Genérica de Valores
- e- Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis e levantamento das informações das unidades (entes econômicos) integrantes do cadastro mobiliário da Prefeitura; e
- f- Sistema de Informações Geográficas - SIG.

1.2 Tipo de Licitação: TÉCNICA E PREÇO

1.3 Regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

2 DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

2.1 - Os serviços previstos neste termo deverão ser realizados pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme cronograma físico, sendo:

- 2.1.1 15 (quinze) dias para execução dos serviços de Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 2.1.2 90 (noventa) dias para o Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 2.1.3- 60 (sessenta) dias para a Vetorização de Feições a Partir da Ortofoto;
- 2.1.4 90 (noventa) dias para a Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 2.1.6 150 (cento e cinquenta) dias para execução dos serviços para Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis – Recadastramento Imobiliário, levantamento das informações das unidades (entes econômicos) integrantes do cadastro mobiliário da Prefeitura e Digitalização dos Croquis; e
- 2.1.7 240 (duzentos e quarenta) dias para execução de todos os serviços e atividades do SIG, sendo:
 - 60 (sessenta) dias para os serviços de fornecimento, implantação de sistemas e treinamento.
 - 180 (cento e oitenta) dias para suporte e manutenção do SIG, após implantação e treinamento, os quais deverão ser prestados em caráter contínuo, podendo ser prorrogado até os limites previstos na legislação (artigo 57, inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993).

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão apresentar propostas as empresas que comprovarem capacidade jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, consoante ao disposto no item 4 e seus subitens.

3.2 Apresentar os envelopes, em número de 3 (três), até às 09 horas do dia 24 de JUNHO de 2014, à Rua XV de Novembro, 686 – Centro - Pariqueira-Açu - SP, devidamente fechados e rubricados em seus fechos, obedecendo a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº _____ - “ _____ ”

INDICAÇÃO DO PROPONENTE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014.

DATA: 24 de JUNHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 3.3 O “ENVELOPE Nº 01” deverá conter a documentação referente à “HABILITAÇÃO”, o “ENVELOPE Nº 02” deverá conter a “PROPOSTA TÉCNICA” e o “ENVELOPE Nº 03” deverá conter a “PROPOSTA COMERCIAL”.
- 3.4 Poderão apresentar propostas, as empresas cadastradas na Prefeitura de Paríquera-Açu e que comprovarem capacidade jurídica, técnica, econômico-financeiro e regularidade fiscal, consoante ao disposto no item 4 e seus sub-itens.
- 3.5 Será sumariamente desqualificado a Licitante que não atender ao estabelecido no item 4 e seus sub-itens.
- 3.6 A presente licitação admitirá a participação de empresas em consórcio, desde que formado por, no máximo, 02 (duas) empresas e que sejam obedecidos os seguintes requisitos durante o processo licitatório e durante o período de cumprimento do contrato.
- a) As empresas consorciadas deverão apresentar instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação da empresa líder, que será responsável principal, perante a Prefeitura, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade das empresas consorciadas.
 - b) Os serviços deverão ser faturados diretamente à Prefeitura Municipal de Paríquera-Açu por cada empresa consorciada na proporção de sua efetiva execução dos serviços, sendo as faturas encaminhadas por intermédio da empresa líder.
 - c) O consórcio deverá apresentar em conjunto, a documentação individualizada de habilitação de cada empresa, **exceto as relativas aos subitens 4.3, 4.4, 4.18 a 4.25 que podem se complementar.**
 - d) As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados técnicos e sistemas de qualidade para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica.
 - e) Uma empresa não poderá participar da presente licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.
 - f) Se vencedor, o consórcio fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, o seu registro formal em cartório de títulos e documentos, nos termos do compromisso acima referido.

4 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

- 4.1 Documento de credenciamento, concedendo ao outorgado amplos poderes para representar o licitante, podendo anuir, transigir ou renunciar a direitos em nome da empresa.
- 4.1.1 Quando a proponente se fizer representar por seu diretor ou um de seus sócios, deverá o mesmo apresentar o Contrato Social da empresa em ORIGINAL ou CÓPIA AUTENTICADA.
- 4.2 O documento de credenciamento deverá ser acompanhado de qualquer documento que identifique o credenciado, diretor ou sócio.
- 4.3 Comprovação de Capital Social Integralizado de, no mínimo, R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), realizado e registrado na Junta Comercial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei.
- 4.4 As empresas de aerolevantamento deverão fazer comprovação de calibração da câmara aerofotogramétrica a ser utilizada, através da apresentação do Certificado de Calibração, fornecido pelo fabricante da câmara aérea, ou por serviço técnico especializado, com data não superior a três anos da abertura dos envelopes desta licitação, sendo que no caso de Consórcio, uma delas, no mínimo, deverá apresentar este atestado.
- 4.5 Registro Comercial, em se tratando de empresa individual.
- 4.6 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.7 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 4.8 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.9 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 4.10 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.11 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União, Fazenda Estadual (ICMS) e Fazenda Municipal (Valores Mobiliários), do domicílio ou sede da licitante, através de certidões com prazo de validade de 90 (noventa) dias, salvo se outro prazo for determinado pelo órgão emissor.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 4.12 CND do INSS, através de certificado, ou obtido via Internet, utilizando-se o site www.mpas.gov.br, com prazo de validade de 60 dias, tendo em vista que a aceitação da certidão negativa está condicionada à verificação de sua validade pela Internet, observando-se a finalidade para a qual foi emitida.
- 4.13 Prova de regularidade junto ao F.G.T.S. (Artigo 29, inciso IV).
- 4.14 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E ALTERAÇÕES POSTERIORES. (ARTIGO 31, INSISO I).
- 4.14.1 Será considerada em boa situação econômica-financeira para assumir os compromissos decorrentes da contratação objeto desta licitação, a empresa que apresentar os seguintes índices:

- Índice de Liquidez Geral, utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo demonstrando possuir índice **igual ou maior que 1,0** (um).

Fórmula de ILG =

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

- Índice de Liquidez Corrente (ILC), utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice **igual ou maior que 1,0** (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \quad \text{ONDE:}$$

AC= ATIVO CIRCULANTE PC= PASSIVO CIRCULANTE

- Índice de Endividamento (IEN), utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice **menor ou igual a 0,50** (zero vírgula cinco).

$$\text{IEN} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}} \quad \text{ONDE:}$$

PC = PASSIVO CIRCULANTE ELP= EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
AT = ATIVO TOTAL

Obs.:- Os índices exigidos deverão estar demonstrados em folha a parte, devidamente preenchido o valor e sua apuração, com assinatura de profissional competente, devidamente qualificado e com a apresentação do nº do CRC.

- 4.15 Apresentar certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- 4.16 Apresentar declaração de que a empresa não foi declarada inidônea, nem sofreu suspensão do direito temporária de licitar, perante o poder público FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL.
- 4.17 Prova de Registro da Empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia do estado da sede da licitante – CREA.
- 4.18 Cópia da inscrição no Ministério da Defesa na categoria "A", nos termos do Decreto 2278 de 17/7/97 e portaria n. 637-SC-62/FA-61, de 05/03/98.
- 4.19 Cópia da Portaria outorgada pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), autorizando o funcionamento da empresa de serviços especializados de aerofotogrametria.
- 4.20 Atestado(s) emitido(s) por Órgão ou Entidade Pública ou Privada, em nome da Licitante, devidamente acervado junto ao Conselho Regional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, comprovando ter realizado serviços de natureza semelhante aos exigidos neste Edital, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior ao objeto da presente Tomada de Preços, em pelo menos 1 (um) município, referente aos seguintes trabalhos:
- Vôo Fotogramétrico Colorido com GSD de 10 cm, ou melhor;
 - Apoio Fotogramétrico ou Terrestre;
 - Aerotriangulação;
 - Restituição ou Mapeamento Digital, na escala de 1:1.000;
 - Elaboração de Ortofotocarta Digital na escala de 1:1.000;
 - Reambulação;
 - Recadastramento Imobiliário;
 - Implantação de SIG (Sistema de Informações Geográficas).



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 4.21 As empresas licitantes poderão alternativamente demonstrar a sua capacitação técnica mediante a comprovação de possuírem nos seus quadros permanentes, profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente acervado(s) junto ao Conselho Regional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, por serviços de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior ao objeto da presente Tomada de Preços, observadas as mesmas condições especificadas no item 4.20 de “a” a “i”.
- 4.21.1. O(s) profissional (is) de que trata o item acima, deverá (ão) fazer parte do quadro permanente da empresa licitante, na data da licitação, na condição de empregado (não temporário), sócio ou responsável técnico, obrigatoriamente comprovado através de documento pertinente à condição.
- 4.22 Relação da equipe técnica de coordenação e operacional alocada aos serviços, especificados as funções de cada elemento, com comprovação do vínculo permanente com esses técnicos.
- 4.22.1. Os profissionais indicados para compor a equipe técnica de coordenação e operacional deverão integrar o quadro permanente da licitante, na data da publicação deste edital, na condição de funcionário com vínculo empregatício, responsável técnico, diretor ou sócio, com apresentação da documentação comprobatória da condição. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa deverá ser feita através do Contrato Social (diretor ou sócio da empresa) ou pela ata da assembléia que elegeu os diretores ou pela certidão de registro / inscrição junto à entidade profissional competente (comprovando a condição de Responsável Técnico perante o CREA) ou pela apresentação do ficha de registro ou Carteira de Trabalho (funcionário com vínculo empregatício), ou ainda, através de outro meio idôneo de vinculação.
- 4.23 Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para realização do objeto da Licitação.
- 4.24 Atestado de Visita Técnica emitido pelo Diretor do Depto. de Obras/Serviços Municipal, atestando que a proponente compareceu à Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu para tomar conhecimento dos serviços que compõem o objeto da presente Licitação. A visita deverá ser realizada até o dia **23/06/2014** e deverá ser agendada com antecedência pelo telefone: (13) 3856-7100
- 4.25 Comprovante de Garantia de Proposta, a qual deverá ser recolhida até às 17:00 horas do dia 23 de JUNHO 2014, no valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), sob uma das modalidades do parágrafo 1º, do Artigo 56 da Lei 8.666/93. As garantias apresentadas serão restituídas aos licitantes após a publicação do resultado final do certame licitatório, mediante requerimento da empresa. Ficará retida apenas a garantia apresentada pela primeira classificada.
- 4.26 - As CERTIDÕES que não constem prazo de validade deverão ter sido emitidas a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura desta licitação. (Data da primeira publicação).

5 DA PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE Nº 02

- 5.1 O “ENVELOPE Nº 02” conterá a Proposta Técnica em duas vias, formulada com clareza, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas e devidamente assinadas pelo representante legal da proponente.
- 5.2 Deverão constar os seguintes elementos:

5.2.1 Experiência Anterior da Proponente

Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por entidade pública em nome da Licitante, apresentados conforme item 4.20 deste Edital, comprovando a conclusão de: Vão Fotogramétrico Colorido com GSD de 10 cm, ou melhor; Apoio Fotogramétrico ou Terrestre; Aerotriangulação; Restituição ou Mapeamento Digital, na escala de 1:1.000; Elaboração de Ortofotocarta Digital na escala de 1:1.000; Reambulação; Recadastramento Imobiliário; Implantação de SIG (Sistema de Informações Geográficas).

5.2.2 Equipe Técnica – Indicação e Experiência

Relação da equipe técnica da licitante responsável pela coordenação dos estudos, especificada a função de cada elemento. Deverão ser indicados **seis (6)** profissionais que integrarão a seguinte equipe técnica mínima de coordenação:

- Um (1) Coordenador Geral do Levantamento Aerofotogramétrico: Qualificação: Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro de Geodésia e Topografia, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º, item I da Resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA) ou Engenheiro Agrimensor;
- Um (1) Coordenador do Vão Fotogramétrico: Qualificação: Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro de Geodésia e Topografia, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º, item I da Resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA) ou Engenheiro Agrimensor;
- Um (1) Coordenador dos Serviços de Mapeamento Digital e Ortofotocartas: Qualificação: Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro de Geodésia e Topografia, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º, item I da resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA) ou Engenheiro Agrimensor;
- Um (1) Coordenador dos Serviços de Elaboração da Planta Genérica de Valores: Qualificação: Engenheiro Civil, ou Arquiteto ou Profissional de nível superior, registrado na entidade profissional competente, devidamente habilitado para exercer a função;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- e) Um (1) Coordenador dos Serviços de Recadastramento Imobiliário: Qualificação: Engenheiro Civil, ou Arquiteto ou Profissional de nível superior, registrado na entidade profissional competente, devidamente habilitado para exercer a função.
- f) Um (1) Coordenador dos Serviços de Desenvolvimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas: Qualificação: Engenheiro Civil, ou Arquiteto ou Profissional de nível superior, registrado na entidade profissional competente, devidamente habilitado para exercer a função.

5.2.2.1. Os profissionais indicados para compor a equipe técnica de coordenação deverão integrar o quadro permanente da licitante, na data da publicação deste edital, na condição de funcionário com vínculo empregatício, responsável técnico, diretor ou sócio, com apresentação da documentação comprobatória da condição. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa deverá ser feita através do Contrato Social (diretor ou sócio da empresa) ou pela ata da assembléia que elegeu os diretores ou pela certidão de registro / inscrição junto à entidade profissional competente (comprovando a condição de Responsável Técnico perante o CREA ou outra entidade profissional competente) ou pela apresentação do ficha de registro ou Carteira de Trabalho (funcionário com vínculo empregatício), ou ainda, através de outro meio idôneo de vinculação.

5.2.2.2. Deverão se apresentados os respectivos currículos (Modelo Anexo IV), comprovando a experiência para a função indicada de cada profissional.

5.2.3 Plano Geral de Trabalho

Descrição do Plano Geral de Trabalho relativo aos Serviços objeto da presente licitação, considerando a metodologia de execução dos serviços, o planejamento e a programação dos trabalhos, o cronograma executivo e os produtos finais.

No plano de trabalho a licitante deverá indicar, se possuir, seu sistema de gestão da qualidade, acompanhado do certificado correspondente. A falta de apresentação da certificação de gestão da qualidade **NÃO OCASIONARÁ DECLASSIFICAÇÃO da licitante.**

6 DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 03

- 6.1 O "ENVELOPE Nº 03" conterà a Proposta Comercial em duas vias, formuladas com clareza, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas e devidamente assinadas pelo representante legal da proponente.
- 6.2 A Proposta Comercial deverá conter:
 - 6.2.1 Carta Proposta de Preços (Anexo I.A deste Edital), indicando o Preço Global dos serviços, o prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, declaração de que o preço global proposto engloba todos os custos diretos e indiretos conforme item 6.2.4.
 - 6.2.2 Planilha de Serviços e Preços, apresentada conforme o modelo Anexo I.B do presente Edital, com a cotação do Preço Total de cada etapa e o Preço Global da proposta;
 - 6.2.3 Cronograma Físico-Financeiro, observando o Anexo I.C do Edital.
 - 6.2.4 Os preços discriminados na Planilha de Serviços e Preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, seguros, tributos, taxas, tarifas, lucros, ônus fiscais e trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto desta licitação;
 - 6.2.5 Os preços dos serviços deverão corresponder aos praticados pelo proponente na data da realização da presente licitação, para pagamento à vista, vedada a inclusão de qualquer expectativa inflacionária ou qualquer forma de compensação financeira, em função das obrigações de pagamento por parte da Prefeitura Municipal de PARÍQUERA-AÇU;
 - 6.2.6 O preço considerado para fins de julgamento é o Preço Global proposto, não se admitindo proposta que apresentar preço global ou preços unitários irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.
 - 6.2.7 A Prefeitura poderá solicitar à empresa proponente, durante a fase de julgamento, a demonstração da exequibilidade da proposta através da composição dos preços e respectivas justificativas técnicas, que os preços dos insumos e salários são coerentes com os do mercado, o que será analisado pela Comissão Especial de Licitação.
 - 6.2.8 As propostas que apresentarem preço global ou preços unitários excessivos ou manifestadamente inexequíveis serão desclassificadas.
 - 6.2.9 Não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões ou retificação na proposta de preços, depois de apresentada.
- 6.3 As propostas deverão estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinadas pelo representante legal da proponente com identificação do cargo do assinante.

7 DOS PROCEDIMENTOS



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 7.1 A presente Licitação será processada e julgada pela Comissão Especial de Licitação designada por ato do Prefeito Municipal, com observância dos seguintes procedimentos:
- 7.2 Os representantes das licitantes, devidamente credenciados e no máximo um por empresa, estão convidados a assistir às sessões públicas da Tomada de Preços.
- 7.3 A abertura dos Envelopes contendo: os Documentos de Habilitação; a Proposta Técnica; e a Proposta Comercial, identificados com o nome da proponente, número desta Licitação, data e horário de abertura, será feita em 03 (três) etapas, a saber:
- 7.3.1 **Primeira Etapa:** Abertura do Envelope A - Documentos de Habilitação
- 7.3.2 **Segunda Etapa:** Abertura do Envelope B - Proposta Técnica
- 7.3.3 **Terceira Etapa:** Abertura do Envelope C - Proposta de Preços
- 7.4 Na PRIMEIRA ETAPA os envelopes contendo os "Documentos de Habilitação" serão abertos pela Comissão Especial de Licitação e os representantes credenciados pelas Licitantes, desde que presentes, serão convidados a rubricar os "Documentos de Habilitação" e os envelopes fechados contendo a "Proposta Técnica" e a "Proposta de Preços", bem como a assinar a ata dessa sessão.
- 7.5 Os envelopes "Proposta Técnica" e "Proposta de Preços" serão conservados intactos sob a guarda da Prefeitura durante a análise dos "Documentos de Habilitação".
- 7.6 A Comissão Especial de Licitação poderá desqualificar as Licitantes que não estejam em condições técnicas ou financeiras adequadas para executar os serviços ou que, comprovadamente, não tenham cumprido satisfatoriamente contratos com qualquer órgão público de qualquer esfera de Administração.
- 7.7 Uma vez feita a Habilitação das licitantes e sua divulgação observando-se o prazo de recursos constante na Lei 8666 de 21/06/93, a Comissão Especial de Licitação fará a convocação das mesmas, para uma nova sessão pública, ocasião em que serão abertos os envelopes "Proposta Técnica" das licitantes Habilitadas.
- 7.8 Eventualmente, a Comissão de Julgamento poderá realizar a Habilitação das licitantes na própria sessão. Nesta hipótese, poderá ter seqüência na mesma sessão, a sistemática descrita no sub-item anterior, desde que não haja impedimento e obedecida às formalidades legais.
- 7.9 Na SEGUNDA ETAPA, somente serão abertos os Envelopes "Proposta Técnica" das licitantes Habilitadas, sendo que os envelopes "Proposta Comercial" dos mesmos permanecerão intactos sob a guarda da Prefeitura Municipal de PARÍQUERA-AÇU até a realização da Terceira Etapa conforme item 7.12. Os envelopes "Proposta Técnica" e "Proposta de Preços" das inabilitadas serão devolvidos fechados às respectivas Licitantes, decorrido o prazo de interposição de recurso fixado pela Lei Nº 8666 de 21/06/93, não sendo consideradas as propostas neles contidos.
- 7.10 Abertos os envelopes, os representantes serão convidados a rubricar os Documentos Técnicos e a assinar a ata da sessão.
- 7.11 Uma vez feita a Avaliação Técnica das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará a convocação das licitantes para uma nova sessão pública após divulgados os resultados da SEGUNDA ETAPA dos trabalhos, ocasião em que serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" das licitantes Habilitadas e Classificadas na Etapa Técnica.
- 7.12 Na TERCEIRA ETAPA somente serão abertos os envelopes contendo a "Proposta Comercial" das licitantes classificadas tecnicamente, sendo que os das desclassificadas serão devolvidos fechados às respectivas Licitantes, decorrido o prazo para interposição de recurso do Julgamento das Propostas e adjudicação na citada Lei de Licitações não sendo consideradas as Propostas neles contidas.
- 7.13 Na oportunidade, os representantes serão convidados a rubricar os Documentos Comerciais e assinar a ata de sessão.
- 7.14 As Propostas Técnica e de Preços serão julgadas e classificadas em conformidade com os itens 8, 9 e 10 deste Edital.
- 7.15 O prazo oficial para a Licitante vencedora assinar, aceitar e reiterar o Termo de Contrato será de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação pela Prefeitura da disponibilidade do documento para a respectiva lavratura.
- 7.16 Dos atos de abertura dos envelopes será lavrada ata circunstanciada, assinada pelas Licitantes presentes e pela Comissão Especial de Licitação.

8 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

A Proposta Técnica (Envelope Nº 02) das licitantes habilitadas será examinada pela Comissão Julgadora, que julgará o conteúdo das mesmas quanto aos seguintes aspectos:

- Experiência anterior da Proponente, com pontuação máxima de 50 (cinquenta) pontos;
- Experiência anterior da Equipe Técnica da Proponente, com pontuação máxima de 30 (trinta) pontos; e
- Plano Geral de Trabalho, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

d) Sistema de Gestão da Qualidade da Proponente, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.

8.1 Critérios de Pontuação

- EXPERIÊNCIA ANTERIOR **DA PROPONENTE** - 50 PONTOS

A pontuação relativa à experiência anterior da Proponente será fundamentada nos atestados de capacidade técnica apresentados em nome da **Empresa Licitante**, comprovando a realização de serviços de: Vão Fotogramétrico Colorido com GSD de 10 cm, ou melhor; Apoio Fotogramétrico ou Terrestre; Aerotriangulação; Restituição ou Mapeamento Digital, na escala de 1:1.000; Elaboração de Ortofotocarta Digital na escala de 1:1.000; Reambulação; Recadastramento Imobiliário; Implantação de SIG (Sistema de Informações Geográficas):

TABELA N.º 1 - Pontuação de Atestados comprovando a realização de serviços de Recobrimento Aerofotogramétrico com GSD de 10 cm ou melhor - (pontuação máxima = 05 (cinco) pontos)

Quantidade de Atestados	Pontuação
1	1,0
2 à 3	2,5
4 ou mais	5,0

Observações:

1ª) Juntamente com os atestados e os acervos relativos aos serviços de recobrimento aerofotogramétrico, deverão ser juntadas os respectivos comprovantes das licenças de aerolevantamento expedidas pelo Ministério da Defesa. Caso não sejam juntadas essas licenças, a licitante receberá 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida na tabela anterior para os serviços relativos ao aerolevantamento.

2ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados em cada tópico.

TABELA N.º 2 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Restituição Planialtimétrica Digital na Escala 1:1.000. (pontuação máxima = 10 (dez) pontos)

Quantidade de Atestados	Pontuação
1	2,5
2 à 3	5,0
4 ou mais	10,0

Observações:

1ª) Juntamente com os atestados relativos aos serviços de mapeamento planialtimétrico digital, deverão ser juntadas os respectivos comprovantes dos Acervos Técnicos expedidos pelo CREA.

2ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados em cada tópico.

TABELA N.º 3 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Ortofotocarta Digital Colorida na Escala 1:1.000. (pontuação máxima = 10 (dez) pontos)

Quantidade de Atestados	Pontuação
1	2,5
2 à 3	5,0
4 ou mais	10,0

Observações:

1ª) Juntamente com os atestados relativos aos serviços de mapeamento planialtimétrico digital, deverão ser juntadas os respectivos comprovantes dos Acervos Técnicos expedidos pelo CREA.

2ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados em cada tópico.

TABELA N.º 4 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Elaboração / Revisão / Atualização de Planta Genérica de Valores (de Valores Genéricos) (pontuação máxima = 05 (cinco) pontos)

Total de Unidades Imobiliárias	Pontuação por Atestado Acervado
Até 4.000	0,25



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Acima de 4.000 até 10.000	0,50
Acima de 10.000	1,25

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados neste tópico.

TABELA N.º 5 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Recadastramento Físico Imobiliário. *(pontuação máxima = 10 (dez) pontos)*

Total de Unidades Imobiliárias	Pontuação por Atestado Acervado
Até 4.000	0,50
Acima de 4.000 até 10.000	1,00
Acima de 10.000	2,50

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados neste tópico.

TABELA N.º 6 - Pontuação dos Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Geoprocessamento ou de Sistemas de Informações Geográficas para uso da Administração Pública Municipal (Prefeituras Municipais). *(pontuação máxima = 10 (dez) pontos)*

Total de Unidades Imobiliárias	Pontuação por Atestado Acervado
Até 4.000	0,50
Acima de 4.000 até 10.000	1,00
Acima de 10.000	2,50

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados neste tópico.

- EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA **EQUIPE TÉCNICA** DA PROPONENTE - 30 PONTOS

A experiência anterior da Equipe Técnica será avaliada através do currículo de cada profissional destacado pela Proponente para Coordenar os trabalhos, conforme solicitado no item 5.2.2 deste Edital e Tabela N.º 7 a seguir:

TABELA N.º 7 - Pontuação da Experiência Anterior da Equipe Técnica *(pontuação máxima = 30 (trinta) pontos)*

Membro da Equipe Técnica Coordenador	Anos de Experiência Específica		
	Até 3	> 3 até 10	> 10
Geral do Levantamento Aerofotogramétrico	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Do Vão Fotogramétrico	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Mapeamento Digital e Ortofotocartas	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Elaboração da Planta Genérica de Valores	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Recadastramento Imobiliário	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Desenvolvimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para cada um dos seis profissionais indicados totalizando, no máximo, 30 (trinta) pontos.

2ª) Para efeito da contagem dos anos de experiência, será considerado o ano e a data em que o profissional integrante da equipe técnica de coordenação iniciou suas atividades em sua área de atuação e coordenação dos serviços.

3ª) Deverão ser anexados os diplomas ou certificados, devidamente reconhecidos no país, comprovando a formação exigida de cada profissional, nos termos do item 5.2.2, letras "a" a "f".

- CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO - 10 PONTOS

Cada item do Plano Geral de Trabalho, receberá pontos, conforme Tabela n.º 8 abaixo, sendo pontuada a proposta que atender os requisitos exigidos no subitem 5.2.3 e Anexo II deste Edital. Não serão pontuadas as propostas que não atenderem ou não apresentarem a descrição dos temas solicitados.

TABELA N.º 8 - Pontuação do Plano Geral de Trabalho



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

(pontuação máxima = 10 (dez) pontos.

Itens do Plano Geral de Trabalho	Pontuação	
	Atende as Especificações	Não Atende / Não Apresentou
Metodologia Geral de Execução	5,00	0
Planejamento, Programação, Cronograma e Produtos Finais	5,00	0
Pontuação Máxima do Item	10,00	

- CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA LICITANTE - 10 PONTOS

Neste item será avaliada a existência na empresa de um sistema de gestão de qualidade para a prestação dos principais serviços licitados, conforme Tabela n.º 09 abaixo, certificado por instituição credenciada pelo INMETRO.

TABELA Nº 9 – Sistema de Gestão da Qualidade
(pontuação máxima = 10 (dez) pontos.

Tópicos da Gestão da Qualidade	Pontuação	
	SIM	NÃO
Empresa com sistema de gestão da qualidade para a atividade de obtenção de bases cartográficas através de aerolevantamentos, elaborado com base na Norma NBR ISO 9001:2008 e certificado por instituição credenciada junto ao INMETRO	10,00	0
Pontuação Máxima do Item	10,00	

8.2 Nota Técnica - NT

8.2.1 A **Nota Técnica** será o resultado do total de pontos obtido das 9 (nove) Tabelas.

8.2.2 A proposta que apresentar **NT** inferior a 60 (sessenta) será considerada desclassificada.

9 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

9.1 A Proposta Comercial (Envelope Nº 03) das proponentes habilitadas tecnicamente serão apreciadas pela Comissão Especial de Licitação que analisarão os preços e demais condições propostos por cada uma das licitantes.

9.2 A Comissão Especial de Licitação verificará os PREÇOS GLOBAIS DOS SERVIÇOS das Propostas Comerciais abertas, atribuindo a cada uma delas uma **NP** (Nota Preço), conforme quadro abaixo:

QUADRO: NP (NOTA PREÇO)

PREÇOS GLOBAIS PROPOSTOS	NOTA PREÇO (NP) ATRIBUÍDA
Menor preço	100
2º Menor preço	95
3º Menor preço	90
4º Menor preço	85
5º Menor preço	80
6º Menor preço	75
7º Menor preço	70
8º Menor preço	65
9º Menor Preço	60

9.2.1 A pontuação máxima atribuída à **NP** (Nota Preço) será de 100 (cem) pontos, e a pontuação mínima exigível será de 60 (sessenta) pontos, sendo desclassificadas as propostas que não alcançarem 60 (sessenta) pontos, ou seja, a partir do 10º (décimo) menor preço global ofertado em diante.

10 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO FINAL

10.1 A nota final será obtida adotando-se a sistemática de média ponderada com peso para Nota Técnica e peso para Nota Preço, conforme fórmula a seguir:

$$NF = \frac{(NT \times 7) + (NP \times 3)}{\dots}$$



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

10

Onde:

NF = Nota Final

NT = Nota Técnica

NP = Nota Preço

- 10.2 A proponente que obtiver maior Nota Final será considerada a vencedora desta Tomada de Preços, adjudicando-se o Contrato à mesma.
- 10.3 Caso haja empate entre as duas ou mais participantes, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, procederá ao desempate mediante adoção do critério previsto no artigo 3º, § 2º, da LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e, caso persista, recorrerá ao sorteio entre elas para escolha da vencedora, nos termos do artigo 45, § 2º, da mesma Lei.
- 10.4 A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, a qualquer momento poderá ouvir o setor competente do DEPARTAMENTO DE OBRAS / SERVIÇOS MUNICIPAIS, para proferir o julgamento deste certame licitatório.
- 10.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como as propostas com preços manifestamente excessivos ou inexequíveis.
- 10.6 Em caso de desistência da primeira classificada, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá convocar as demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para substituí-la nas mesmas condições propostas pela primeira adjudicatária, ou revogar a licitação.
- 10.7 Quando houver ausência de participantes, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá efetuar nova publicação do Edital, marcando data e horário para reabertura da licitação, ficando a aquisição do edital à disposição dos interessados.

11 DA CLASSIFICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO.

- 11.1 A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES efetuará a CLASSIFICAÇÃO das propostas, procederá ao respectivo julgamento, encaminhará o processo à autoridade competente para HOMOLOGAR o certame, a seu critério, ADJUDICARÁ o objeto à empresa vencedora, e posteriormente a empresa será convocada para a assinatura do CONTRATO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

12 DAS PENALIDADES

- 12.1 Pela inobservância total ou parcial do Contrato, resultante desta licitação, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU aplicará à empresa as seguintes sanções:
- a) MULTA de 2,5% (dois vírgula dois por cento) do valor do Contrato devidamente reajustado no caso de rescisão administrativa por ato ou fato de sua responsabilidade;
 - b) MULTA de 0,10% (zero vírgula dez por cento) do valor do Contrato devidamente reajustado, por dia de atraso na sua execução, de acordo com o prazo estabelecido;
 - c) Demais sanções previstas no artigo 87, da LEI FEDERAL Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber.
- 12.2 As multas serão pagas no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação escrita, expedida pela PREFEITURA facultando-se a esta descontar seu valor do pagamento devido à Contratada.
- 12.3 A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU poderá rescindir o Contrato nos termos do artigo 79, da LEI FEDERAL Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

13 DAS NORMAS TÉCNICAS

- 13.1 Os serviços objeto da licitação serão executados de conformidade com as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, de conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

14 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 14.1 Os serviços deverão ser executados pela Contratada em conformidade com as especificações técnicas constante do Anexo II deste Edital, obedecendo as normas técnicas estabelecidas no item anterior;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

14.2 Todas as fases dos serviços serão acompanhadas por uma Comissão Técnica a ser designada pela Prefeitura;

14.3 A fiscalização a ser exercida pela Prefeitura através da Comissão Técnica, não eximirá a Contratada da total e indivisível responsabilidade sobre a qualidade dos trabalhos.

14.4 Todos os produtos resultantes dos trabalhos a serem executados serão de propriedade da Prefeitura, não podendo os mesmos, serem copiados, reproduzidos ou divulgados sem a sua prévia autorização por escrito;

15 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Neste processo licitatório só serão admitidos os recursos na forma estabelecida pelo artigo 109 da LEI FEDERAL nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O compromisso de prestação de serviços só estará caracterizado mediante a assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente decorrente desta licitação.

16.2 A aceitação da proposta vencedora pela Prefeitura do Município de Paríquera-Açu obriga seu proponente à realização integral do objeto desta licitação, nas condições propostas, não lhe cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, em virtude de seus próprios erros ou omissões.

16.3 A Prefeitura do Município de Paríquera-Açu não se obriga a devolver documentos e propostas, mesmo que não vencedoras, salvo em caso de empresas não habilitadas.

16.4 Quaisquer modificações, correções ou interpretação dos documentos apresentados, somente serão feitos pela municipalidade mediante a emissão de CARTA CIRCULAR dirigida à todas as empresas que adquiriram o Edital.

16.5 Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de depósito bancário, devendo para tanto ser informado o Banco, Agência e Número da Conta Corrente.

16.6 Os documentos apresentados nesta licitação deverão estar em nome da executora dos serviços, seja matriz ou filial. Quando filial deverão ser apresentados apenas os documentos relativos a ela, salvo aqueles que por sua natureza forem expedidos pela matriz e válidos para todas as filiais.

16.7 As solicitações informações de natureza administrativa e técnica deverão ser endereçadas à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, no DEPARTAMENTO CENTRAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS, à Rua XV de Novembro, 686 – Centro - PARÍQUERA-AÇU - SÃO PAULO, Telefone: (13) 3856-7100 ou (13) 3856-2330, no horário comercial, até 5 (cinco) dias úteis anteriores a data de abertura do Envelope Nº 1.

16.8 A presente licitação correrá por conta da:
Unidade Orçamentaria: 01.04.00 – Depto. de Fazenda e Planejamento
Unidade Executora: 01.04.01 - – Depto. de Fazenda e Planejamento
Função: 04.123 – Administração Financeira
Projeto: 2006 – Munut. Do Depto. de Fazenda e Planejamento
Classificação Economica: 3.3.90.39 – Outros Serviços Pessoa Juridica
Destinação do Recurso: 0.110.00 - Geral

16.9 Este Edital possui 05 (cinco) ANEXOS, denominados:

I - “PROPOSTA COMERCIAL”

I A – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL;

I B – MODELO DE PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS;

I C – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

II - “TERMO DE REFERÊNCIA”

III - “MINUTA DO CONTRATO”

IV – “MODELO DE CURRICULA VITAE DOS GERENTES”

V - "PLANILHA ORÇAMENTÁRIA"



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PARÍQUERA-AÇU, 22 de MAIO de 2014.

JOSE CARLOS SILVA PINTO
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

ANEXO I.A – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

À

Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu - SP.

Ref.: Tomada de Preços N.º 002/2014.

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa., nossa Proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissão que venham ser verificados na sua preparação.

O **Valor Global** de nossa Proposta, para a presente licitação é de R\$ _____
(_____)

Declaramos que o preço global proposto engloba todos os custos diretos e indiretos, seguros, tributos, taxas, tarifas, lucros, ônus fiscais e trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto da presente licitação.

Na sequência é apresentada a Planilha de Serviços e Preços, com os preços unitários e globais para a realização dos serviços, bem como o Cronograma Físico-Financeiro, com os prazos e respectivos valores de desembolso propostos.

A validade desta Proposta é de 90 (noventa) dias corridos a contar da data da apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas.

Atenciosamente

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

ANEXO I.B - MODELO DE PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS

Item	SERVIÇO	UNID.	QTE.	CUSTO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	PLANEJAMENTO E PREPAR. DOS TRABALHOS	relatório	1		
2	LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO	KM2	43,62		
3	VETORIZAÇÃO DAS FEIÇÕES	VB	1		
4	PLANTA GENEICA DE VALORES	UN	1		
5	ATUAL. DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS				
5.1	Recadastramento Imobiliário	U.I.	6.100		
5.2	Digitalização dos Croquis dos Imóveis	U.I.	6.100		
6	SIG				
6.1	Aplicativo de Gestão SIG	aplicativo	1		
6.2	Software GIS	licença	1		
6.3	Treinamento de Usuários Software GIS	usuário	2		
6.4	Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão	mês	6		
TOTAL					

Local e Data (Dia, Mês e Ano)
Nome da Proponente e Nº do CNPJ
Carimbo e Assinatura do Representante Legal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÍQUERA-AÇU

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

ANEXO I.C – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Serviço	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	18
PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO												
LEVTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DIGITAL												
PLANTA DE VALORES GENÉRICOS												
RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO / MOBILIÁRIO												
SISTEMA DE INFS. GEOGRÁFICAS												

Local e Data (Dia, Mês e Ano)

Nome da Proponente e n.º do CNPJ
Carimbo e Assinatura do Representante Legal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÍQUERA-AÇU

TOMADA DE PREÇOS N° 002/14

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TEXTO DO TERMO DE REFERÊNCIA TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA ENVOLVENDO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARÍQUERA-AÇU-SP.

1. OBJETO

Constitui objeto do presente a prestação de serviços especializados na área de engenharia para o “**Levantamento Aerofotogramétrico, Elaboração de Planta Genérica de Valores, Atualização de Dados e Informações Cadastrais Imobiliárias e Sistema de Informações do Município de Paríquera-Açu - SP**”, compreendendo a realização das seguintes tarefas:

- 1ª Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 2ª Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 3ª Restituição Fotogramétrica até o Nível de Quadra (Meio-Fio)
- 4ª Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 5ª Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis, Levantamento das informações das unidades (entes econômicos) integrantes do cadastro mobiliário da Prefeitura
- 6ª Sistema de Informações Geográficas - SIG.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DOS TRABALHOS

Nesta fase, será elaborado um plano de trabalho onde conste:

- a) Metodologia de execução dos trabalhos.
- b) Cronograma físico de execução.
- c) Preparação do material básico, composto de mapas, planilhas e envelopes:
- d) Elaboração das planilhas para levantamento em campo.

2.2 LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DE ÁREAS URBANIZADAS

Com aeronave devidamente homologada nos órgãos competentes – Agência Nacional de Aviação Civil e Ministério da Defesa – deverá ser realizado o recobrimento aerofotogramétrico para obtenção de fotografias aéreas digitais com resolução espacial no terreno (GSD) de 10 cm ou melhor e elaboração de ortofoto digital e mapeamento planimétrico com precisão na escala 1:1.000 – PEC Classe A, em área de 43,62 km² localizada na mancha urbana do Município de Paríquera-Açu, SP. Tal recobrimento aéreo deverá ser feito utilizando-se sistema de posicionamento inercial e receptor Global Navigation Satellite System (GNSS) de dupla frequência.

Os serviços de mobilização compreendem o planejamento prévio das operações, instalação e mobilização de equipamentos, instrumentos, materiais e mão de obra, aferição e calibração dos instrumentos, bem como a operacionalização dos trabalhos.

Deverá ser apresentada à Prefeitura toda a documentação comprobatória de que a Empresa Contratada está devidamente autorizada para a prática de aerolevantamento, tais como:

- Cópia da Portaria outorgada pela ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, antigo DAC (Departamento de Aviação Civil), autorizando o funcionamento da empresa de serviços especializados de aerofotogrametria, conforme determina o Decreto n.º 5.731 de 20/03/2006.
- Cópia da inscrição no Ministério da Defesa na categoria “A”, nos termos do Decreto 2278 de 17/7/97 e portaria n. 637-SC-62/FA-61, de 05/03/98;
- Câmera aerofotogramétrica digital compatível com os produtos especificados, com atestado de calibração da câmera aérea de no máximo três anos entre a data de aferição e a data da deste edital;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- Sistema de tratamento de imagens com recursos do tipo: ajuste radiométrico, níveis de contraste, tonalidade, homogeneização das imagens, recursos de mosaicagem manual/automática, recurso para geração de imagens Geotiff, entre outros.
- Sistema dedicado a correções e processamentos fotogramétricos, com recursos do tipo: orientações, aerotriangulação (medição e cálculo), retificação e reamostragem (geometria epipolar) e geração de ortofotos, entre outros.

A aeronave para atender estes serviços deverá ser mobilizada e alocada para os serviços, em aeroporto homologado mais próximo da área a ser recoberta.

É de responsabilidade da Empresa Contratada a instalação e mobilização de todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas, utensílios e mão de obra necessárias à completa e perfeita execução dos serviços aqui descritos.

É de responsabilidade da Empresa Contratada a obtenção de licenças, inclusive junto ao Ministério da Defesa, e autorizações dos proprietários para entrada nas propriedades caso haja esta necessidade.

Deverá ser utilizado um sistema de tomada de fotos aéreas verticais com dispositivos automatizados que evitem o arraste das fotografias.

Deverá ser utilizado um dispositivo de geocodificação do centro fiducial da foto com as coordenadas na projeção UTM obtidas em tempo real com rastreadores de satélites em terra e a bordo da aeronave (vôo apoiado).

Durante a realização do aerolevantamento deverão ser registrados as orientações e posicionamentos da aeronave por meio de uma unidade de mensuração inercial (IMU – Inertial Measurement Unit), com precisão em ω , ϕ e κ melhores que 0,01° e sistema de posicionamento global por satélites (GNSS) com receptores L1/L2, de modo que viabilize a determinação precisa e acurada dos Parâmetros de Orientação Exterior (EOP – Exterior Orientation Parameters) de cada imagem aérea adquirida.

Deverá ser considerada uma superposição lateral de pelo menos 30% (entre faixas de vôo e de 60% de superposição longitudinal).

A câmera deverá possuir resolução geométrica mínima do sensor de 6 μm ;

Não serão admitidas técnicas de interpolação para obtenção das resoluções espacial e espectral, isto é, o pixel de 10 cm (dez centímetros) deverá ser coletado diretamente com esta resolução e não por fusão, não sendo admitidas técnicas de interpolação para aumentar a resolução nativa da imagem como, por exemplo: Interpolação da resolução radiométrica de 12 bits a partir de uma resolução original de 8 bits e Interpolação de resolução geométrica de 10 μm a partir de uma resolução original de 15 μm ;

Não será permitido o processo de reamostragem, pan-sharpening ou fusão de imagens a partir do canal pancromático para a obtenção das imagens ou canais espectrais azul, verde e vermelho (RGB);

Os produtos gerados com as imagens adquiridas com pixel de 10 cm, ou melhor, deverão atender ao Padrão de Exatidão Cartográfica A (PEC A) para a escala de 1:1.000.

Nos limites da área fotografada e sempre que uma faixa de vôo for interrompida, deverá ser garantido um recobrimento equivalente a três exposições, o mesmo se aplicando quando da mudança de direção dos segmentos de uma faixa para outra.

O ângulo de rotação horizontal entre exposições consecutivas deve ser mantido o menor possível, sendo admitida como tolerância média por faixa de três graus e, em casos isolados, de 8 (oito) graus, no máximo.

A inclinação do eixo ótico da câmera será inferior a três graus por foto e inferior a dois graus na média por faixa.

O produto final entregue pela Empresa Contratada deverá estar, no máximo, com até 10% de cobertura de nuvens. No caso da entrega intermediária de produto com cobertura de nuvens acima de 10 %, estes deverão ser substituídos até o final do contrato.

Deverá ser realizado recobrimento aerofotogramétrico colorido (RGB), com resolução espacial no terreno de 10 cm ou melhor, com recobrimento longitudinal mínimo de 60% (sessenta por cento) e lateral de 30% (trinta por cento).

O padrão cartográfico para todos os produtos é o sistema geodésico de referência SIRGAS2000, sistema de projeção cartográfica Universal Transversa de Mercator – UTM e altitudes referidas ao marégrafo de Imbituba.

A determinação das coordenadas dos Pontos de Controle Terrestre será realizada com o uso de receptores de sinais de satélite GNSS - Global Navigation Satellite Systems. Deverão ser utilizados vértices da rede geodésica fundamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tipo SAT.

Os equipamentos receptores GNSS geodésicos deverão ser capazes de trabalhar de forma diferencial, rastreando Código e Portadoras (L1 e L2), com cálculo pós-processado compatível com a escala 1:1.000.

Para obtenção de altitudes ortométricas a partir de dados dos receptores GNSS deverá ser utilizado o programa MAPGEO2010 ou solução que ofereça melhores resultados, desde que disponibilizada pelo IBGE para conversão das altitudes de geométrica (Elipsoidal) para ortométrica (Geoidal). Qualquer irradiação simples para obtenção de coordenadas de Pontos de Controle Terrestre, inerente a apenas uma linha de base GNSS, deverá ter como origem a rede fundamental de 1ª. Ordem do IBGE, tipo SAT.

As linhas de base calculadas nos rastreamentos GNSS deverão respeitar o limite de extensão não superior a 100 km.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Para cálculo de Pontos de Controle Terrestre, deverão ser utilizados processamentos em dupla frequência (L1 + L2) com limite de linha de base de 100 km. Em todos os casos, a precisão tridimensional resultante das coordenadas, deverá ser melhor que 10 cm.

A aerotriangulação deverá ser executada por método analítico ou semi-analítico, por feixe ou modelos independentes, para adensamento dos pontos de apoio planialtimétrico.

A Empresa Contratada deverá entregar o produto de aerotriangulação contendo relatório técnico, mapa geral de localização dos pontos de aerotriangulação e listagem das coordenadas com os respectivos desvios.

O processamento digital das fotografias aéreas deve ser realizado com software apropriado, para a subsequente equalização de cores, sem a utilização de ferramentas que alterem a geometria da imagem, tais como copiar/colar e clonagem. As distorções geométricas e diferenças de tonalidades deverão ser minimizadas com a utilização de imagens de toda a área imageada, inclusive as de superposição.

As ortofotos digitais deverão ser ortorretificadas utilizando o Modelo Digital de Terreno – MDT (obtido a partir do recobrimento aerofotogramétrico) de forma a obter, no mínimo, a escala de precisão 1:1.000, Classe A do Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC/A), constante no Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984.

2.3 RESTITUIÇÃO FOTOGRAMÉTRICA ATÉ O NÍVEL DE QUADRA (MEIO-FIO)

A partir dos pares estereoscópicos obtidos na aerotriangulação, deverá ser feita a restituição estereofotogramétrica planimétrica digital com precisão na escala 1:1.000, de feições identificáveis nas fotografias aéreas e organizadas por níveis de informações de forma a permitir em qualquer instante a recuperação combinada ou isolada de quaisquer delas, com registros em unidade métrica, com duas casas decimais, através do emprego de estações fotogramétricas digitais.

O sistema de projeção a ser utilizado será o UTM – Universal Transversa de Mercator, e a aquisição de dados poderão ser feita com software compatível, de modo que permita que os diversos níveis sejam apresentados ao final.

Para a área de abrangência urbana (44 km²) deverão ser restituídos todos os elementos naturais e artificiais, visíveis e fotoidentificáveis nas imagens digitais e compatíveis com a escala do mapeamento (1:1.000), representados na relação abaixo:

- Rodovias Estaduais e Municipais, Ferrovias, Eixo de Logradouros, Caminhos, quadras (meio-fio) e Alinhamento Predial;

Os arquivos gráficos oriundos da restituição fotogramétrica deverão ser editados e preparados para a impressão e, para a sua posterior integração a sistema de geoprocessamento, com estruturação topológica, devendo os arquivos gerados ser submetidos à verificação de consistência quanto a:

- Conectividade de elementos gráficos contínuos;
- Continuidade de elementos gráficos;
- Fechamento de polígonos;
- Retirada de duplicidade de elementos;
- Verificação da adequação de níveis;
- Integridade física dos arquivos.

2.4 ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Serão realizados serviços de avaliação e pesquisa imobiliárias, para o total de 6.100 (seis mil e cem) unidades imobiliárias cadastradas na Prefeitura Municipal e sujeitas ao lançamento de IPTU, objetivando a definição dos novos valores unitários fiscais de terrenos e edificações que formarão a base de cálculo do referido tributo, compreendendo:

- pesquisa no mercado local sobre a valorização imobiliária no município, para levantamento dos preços dos lotes urbanos;
- determinação do custo de reposição das edificações de acordo com tipo e padrão de acabamento, mediante pesquisas em publicações especializadas;
- levantamento técnico sobre a infra-estrutura urbana instalada, uso e ocupação do solo no município, com reflexo na valorização dos terrenos;
- homogeneização e tratamento dos valores pesquisados;
- fixação dos valores básicos de mercado para os terrenos e edificações sujeitos ao lançamento do IPTU;
- a avaliação de valores deverá atender ao preconizado pela Norma Brasileira da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre avaliação de imóveis, bem como as normas publicadas pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia;
- apuração simulada dos valores venais e do IPTU para o próximo exercício fiscal e confrontação dos mesmos com os preços atualmente praticados pela Prefeitura;
- submissão dos estudos à apreciação, avaliação e ajustes da Prefeitura, para definição dos valores fiscais a serem praticados;
- elaboração do relatório técnico final sobre os estudos realizados, com a proposta final da PGV.

2.5 - ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

2.5.1 Recadastramento Imobiliário

O trabalho consiste em conferir “in loco”, levantar e corrigir, os dados e informações relativas aos imóveis que integram o cadastro imobiliário de Pariqueira-Açu, para uma quantidade estimada de 6.100 (seis mil e cem) unidades imobiliárias.

Para a atualização dos dados imobiliários, cuja exatidão é fundamental ao lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial Urbana - IPTU, serão cumpridas as tarefas a seguir:

a) *vistoria técnica dos imóveis para a avaliação dos dados físicos dos terrenos e características construtivas das edificações, compreendendo os seguintes elementos a serem analisados:*

- Dados dos terrenos:
 - testadas,
 - dimensões,
 - área,
 - muro e passeio,
 - situação, e
 - posição;
- Características das edificações:
 - área da edificação,
 - área dependências,
 - utilização,
 - ocupação,
 - tipo da construção,
 - posição,
 - situação da construção,

b) *vistoria técnica para avaliação de dados sobre a classificação e estado de conservação das edificações existentes;*

c) *os dados correspondentes aos serviços de pesquisa e vistoria deverão ser coletados em campo através de coletores digitais eletrônicos;*

d) *mensuração das dimensões das edificações existentes e cálculo ou recálculo das respectivas áreas edificadas e mensuração para conferência das dimensões e áreas de todos os lotes com características e dimensões urbanas, mediante o uso de trena;*

e) *desenho técnico ou atualização do “croquis” analógico dos imóveis, representado em planta, e com as medidas das edificações e suas amarrações nos lotes;*

f) *conferência dos dados jurídicos sobre a unidade imobiliária: nome do proprietário, endereço e domicílio fiscal;*

g) *conferência das inscrições cadastrais (códigos dos imóveis) de todas as unidades imobiliárias;*

h) *preenchimento dos boletins de coleta de dados;*

i) *armazenamento dos dados atualizados em meio magnético;*

j) *As medidas dos terrenos e edificações deverão ser expressas em metros e com uma casa decimal;*

k) *Coleta automática das fotos frontais das unidades imobiliárias, com uso de coletor eletrônico;*

l) *O material da coleta passará por controle de qualidade, consistência e triagem no escritório da proponente.*

2.5.2 Digitalização dos Croquis dos Imóveis

Prestação de serviços especializados na área de desenho técnico e digitalização dos “croquis” de 6.100 (seis mil e cem) unidades imobiliárias, constantes do cadastro imobiliário, em escala, utilizando-se o “Software - CAD”, observando-se o estabelecido a seguir:

a) *A partir do desenho preliminar existente no verso do boletim do cadastro imobiliário, serão digitalizados os seguintes elementos relativos aos imóveis constantes do cadastro da Prefeitura:*

- A geometria e dimensões do lote;
- A geometria e dimensões da área construída;
- Alinhamento;
- Testada Principal, contendo indicação do logradouro e número predial existente;
- digitalização dos textos com as medidas do terreno e edificação(ões);
- digitalização do texto com a inscrição cadastral imobiliária;
- Indicação do uso da edificação, com tipologia a definir.

b) *Conferência dos elementos digitalizados, na qual proceder-se-á a conferência visual dos mesmos, a edição final e a retificação dos dados incorretos;*



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

c) Os croquis, em sua forma final, serão entregues em formato "DWG" e produzidos em *software CAD*, sendo, em princípio organizados segundo Setor / Quadra, ou em pasta única, conforme conveniência da Prefeitura;

d) Os croquis serão elaborados de forma a permitir sua rápida plotagem em escalas usualmente adotadas em engenharia: 1:250, 1:500, 1:1000 onde, além de sua definição gráfica, estarão contidos os elementos cadastrais correspondentes ao Boletim de Campo.

2.6. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG

2.6.1 – Aplicativo de Gestão SIG

O **Aplicativo de Gestão** do Sistema de Informações Geográficas da Prefeitura deve ser uma aplicação de tecnologia aberta, orientada a objetos, baseada no Windows, com arquitetura Cliente/Servidor, desenvolvido em linguagens de mercado.

a) Plataforma

O software a ser fornecido deverá suportar os padrões para ambientes de plataformas de baixo custo, e seus sistemas operacionais nativos, especificamente o Windows.

b) Características Técnicas

Deverá ser fornecido um software aplicativo objetivando:

- Apoiar atividades ligadas a geoprocessamento, SIG e projetos públicos de maneira simples, eficiente e ágil;
- Disponibilizar elementos georreferenciados pelas várias áreas da Secretaria,
- Democratizar e facilitar o acesso às informações e dados do município,
- Concentrar informações disponíveis em arquivos e locais distintos e normalmente não relacionados;
- Direcionar e racionalizar as ações relativas à coleta, tratamento, armazenamento e manutenção de dados cadastrais;
- Possibilitar operação por qualquer usuário autorizado, dispensando conhecimento aprofundado sobre programas CAD ou GIS;
- Simplificar o processo de busca e consultas aos dados dos núcleos habitacionais.

O **Aplicativo de Gestão** deve ser um aplicativo de navegação, organização, consulta, pesquisa e tabulação de dados disponíveis numa base espacial georreferenciada e numa base alfanumérica.

O **Aplicativo de Gestão** deve conter três funções principais:

- 1ª - possibilitar a identificação dos dados alfanuméricos, a partir da localização de um lote na base espacial;
- 2ª - possibilitar a identificação na base espacial, a partir de dado alfanumérico de um lote (inscrição, proprietário ou endereço);
- 3ª - possibilitar a criação de mapas temáticos pelo próprio usuário, a partir de uma consulta em determinado campo de arquivo constante do banco de dados alfanumérico.

O Aplicativo de Gestão deve possuir as seguintes características operacionais, especificações e funcionamento:

Multiusuário - passível de consultas através de qualquer terminal da rede local ou remota, localizado em qualquer ponto do Paço Municipal, através de protocolo de comunicação TCP/IP;

Possuir ferramentas para criação e realização de pesquisas personalizadas, definidas pelo usuário, no banco de dados alfanuméricos;
Permitir consultas às imagens de documentos e fotos associados ao imóvel, (fotos, fichas cadastrais, croquis, processos administrativos, etc.);

Permitir a construção e emissão pelo usuário final de mapas temáticos para os diferentes fins da Administração Municipal;

Exibir de modo integrado os dados gráficos (espaciais), alfanuméricos e imagens de forma transparente ao usuário;

Possuir interface gráfica e suportar os principais gerenciadores de Banco de Dados Relacionais;

Suportar ambiente operacional Windows98/NT/2000 e plataforma operacional INTEL.

Do ponto de vista operacional, o **Aplicativo de Gestão** deve dispor de:

a) Quanto a manipulação de imagens:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- b) Ferramentas personalizadas para a realização de pesquisas e localização dos arquivos de imagem, através dos códigos de unidades imobiliárias.
- c) Controles básicos para a manipulação das imagens, escala e posicionamento da visualização (Zoom e Pan).
- Integração e navegação, transparente ao usuário a outros módulos do sistema (módulo espacial e alfanumérico).
- **Quanto a manipulação de dados espaciais**
 - Controles de escalas e posicionamento da visualização dos dados. (aumento, diminuição e posicionamento da visualização / Zoom e Pan).
 - Visualização de atributos espaciais (códigos, áreas, perímetro, etc.).
 - Ferramentas personalizadas para a realização de pesquisas (por códigos, nome, etc...).
 - Elaboração e impressão de mapas temáticos personalizados nos quais a simbolização das feições (símbolo, espessura de linhas, tamanho, cores, etc.) são decorrentes de atributos associados às feições.
 - Integração e navegação, transparente ao usuário para outros módulos do sistema (módulo imagens e alfanumérico).
 - Controle sobre camadas de informação (layers).
 - ligar/ desligar
 - cores
 - rótulos
- **Quanto a Manipulação dos Dados Alfanuméricos**
 - Pesquisa por diferentes chaves de acesso (ex.: código, nome do proprietário, denominação do logradouro).
 - Pesquisa por chave de acesso particionada (ex.: início do nome do logradouro, parte do nome do proprietário, parte da inscrição).
 - Visualização na tela das possíveis opções para os campos de múltipla escolha.
 - Integração e navegação, transparente ao usuário, a outros módulos do sistema (espacial e imagens) e outras telas do módulo alfanumérico.

2.6.1.1 – Implantação e Treinamento do Aplicativo de Gestão

a) **Implantação do Aplicativo de Gestão:** deverá abranger as tarefas descritas a seguir:

- Diagnóstico do ambiente de informações e equipamentos do município, voltados para a implementação do **Aplicativo de Gestão**;
- Identificação do ambiente de informações atuais do município (ambiente de automação existente, conteúdo e estrutura das bases de dados);
- Necessidades de adequação das informações existentes para alimentação inicial das bases de dados do aplicativo;
- Entrega e instalação e configuração inicial do **Aplicativo de Gestão**;
- Conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos novos sistemas licitados
- Estruturação e alimentação inicial / migração das informações para a base de dados do **Aplicativo de Gestão**;
- O acompanhamento do uso inicial Aplicativo de Gestão se dará por período necessário ao pelos usuários da operacionalidade do mesmo.

b) **Treinamento de Pessoal**

Visando à capacitação dos servidores municipais, será fornecido treinamento para operação do **Aplicativo de Gestão**.

Deve ser ministrado um curso prático aos servidores municipais, nas dependências da Prefeitura, objetivando o conhecimento e utilização dos recursos oferecidos pelo sistema.

O treinamento será ministrado em datas a serem fixadas em conjunto entre a empresa fornecedora e a Prefeitura.

O treinamento do Aplicativo de Gestão, deverá estar estruturado de forma a capacitar os usuários na:

- ✓ Operação do aplicativo;
- ✓ Segurança dos dados (orientação sobre “backups” e guarda dos mesmos);
- ✓ Segurança de acesso (administração de senhas);
- ✓ Configuração do aplicativo;
- ✓ Uso dos recursos do aplicativo.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

2.6.2 – Fornecimento de Software GIS

O software a ser fornecido para edição de dados gráficos deve possuir módulos e aplicações integradas de geoprocessamento, devendo possuir as seguintes especificações:

- Características Principais do Software

O software deve apresentar as seguintes possibilidades:

- organização taxonomica de feições geográficas e atributos associados, em classes de objetos, denominados layers ou temas. Estes layers devem ser compostos por feições vetoriais, imagens, desenhos CAD, superfícies altimétricas, estruturas celulares, dados topográficos, etc.
- representar fenômenos geográficos, utilizando o conceito de geometria compartilhada, possibilitando a representação de eventos dinâmicos pontuais, lineares e poligonais, sobre geometrias existentes, sem a necessidade de alterar fisicamente a feição geométrica de suporte (Dynamic Segmentation).
- utilizar feições multipartes (envolvendo o agrupamento de feições individuais em um conjunto integrativo) resultando em um conjunto integrado de pontos, linhas e polígonos para efeito de operações de geoprocessamento.
- utilizar o conceito de dimensões associado às coordenadas posicionais x,y,z das feições, permitindo a introdução deste elemento adicional na tríade anterior de coordenadas, obtendo-se uma representação (x,y,x,d). Esta dimensão deve representar medidas de qualquer natureza, a exemplos de distâncias em relação a uma origem, distâncias em relação a uma outra feição (cotas de desenho).
- representar e manipular dados em formato CAD, a saber: DGN, DXF, DWG sem a necessidade de importação e conversão.
- representar e manipular dados em formato RASTER, a saber:
 - 7 IMG
 - 8 GEOTIFF
 - 9 MrSID
 - 10 GIF
 - 11 JPEG
 - 12 BMP
- representar dados em formatos de células, as quais, em relação ao formato raster, deve apresentar a característica de utilizar o seu valor dominante como chave para conexão com tabelas relacionais de atributos.
- capacidade de gerenciar as seguintes estruturas:
 - Estruturas raster de valores inteiros com algoritmos de compressão;
 - Estruturas raster de valores de ponto flutuante.
- suporte para valores completos de coordenadas UTM em metro (pares de coordenadas X e Y) com resolução de até 2 casas decimais sem perda de precisão.
- Deve possuir módulo de captação e edição de dados georreferenciados, envolvendo qualquer tipo de entrada de dados associados a elementos georreferenciados, assim como o pré-processamento para a entrada destes dados.

Edição de Feições e seus Atributos

Nesse particular o software deve apresentar as seguintes características:

- adição, edição e remoção de elementos representados por pontos, linhas e polígonos e textos gráficos, bem como a edição integrada dos respectivos atributos.
- construção de feições a partir de diferentes métodos: fornecimento de coordenadas x,y,z; distância, ângulos.
- edição de múltiplos layers simultaneamente.
- criação e edição de feições lógicas (eventos / segmentos) em ambiente de geometria compartilhada (dynamic segmentation).

Importação de Dados Vetoriais

A solução deve suportar a importação/exportação dos seguintes formatos vetoriais de dados: DGN, DWG, DXF, MaxiCAD (.SEQ), SHAPEFILE, COVERAGE.

Deve suportar a importação dos seguintes formatos de dados vetoriais: SDTS, AGF, MIF.

O sistema deve importar, acessar e utilizar diretamente, dados vetoriais compatíveis com o GIS (Open GIS Consortium) Simple Feature.

Importação/Exportação de Dados Celulares ou Raster



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Deve suportar a importação dos seguintes formatos de dados raster: TIFF, JPEG, MrSID, GIF, BMP.

Possibilidade de importação/exportação de dados raster nos seguintes formatos: RLC (Run Length Compressed) BIP (Band Interleaved by Pixel), BILL (Band Interleaved by Line) SDTS/Raster, PNG.

Dados Alfanuméricos

A solução deve possibilitar a importação de:

- dados tabulares em formato SDF, DBF, Excel/xls.
- tabelas oriundas de banco de dados relacionais via ODBC.

O sistema possibilitará o “join” dinâmico, “on the fly”, com tabelas armazenadas em diferentes gerenciadores de bancos de dados.

Edição de Imagens

O software deverá possuir:

- recursos para edição de imagens, como correção de distorções, eliminação de ruídos e filtragens.
- recursos para o georreferenciamento de imagens.
- retificação de imagens a partir do georreferenciamento mencionado no item anterior.

Produção Cartográfica

Todas as operações de edição que operam no ambiente de criação de mapas devem operar indistintamente em ambiente de criação de layout para exibição e plotagem (página de layout).

2.6.3 – Treinamento de Usuários – Software GIS

Será ministrado um curso que fornecerá ao servidor treinamento em conceitos sobre como implantar um Sistema de Informação Geográfica, fornecendo critérios para que o mesmo tenha sucesso. Capacitará o usuário a operar o CAD com um Sistema de Informação Geográfica, permitindo cadastrar seus mapas com conexão com banco de dados xBase, Informix, Oracle ou ODBC, de forma a poder realizar pesquisas temáticas junto aos mapas.

Destinado a usuários que desejem iniciar a implantação de um SIG.

Ao completar o curso o servidor terá conhecimento dos conceitos SIG e habilidade para início de uma implantação na organização

Carga Horária Estimada: 40 horas.

Servidores a serem capacitados: 02 (dois).

2.6.4 - Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão

Implantado o Aplicativo de Gestão, deverão ser iniciados os serviços ao suporte e manutenção do programa, com a duração prevista de **06 (seis) meses**.

Esta atividade deverá compreender:

- Manutenção preventiva e corretiva do aplicativo,
- suporte ao usuário para solução de dúvidas, ocorrências de problemas não previstos e adequação de configuração;
- fornecimento e instalação de versões atualizadas ou das evoluções tecnológicas do aplicativo, decorrentes de atendimento de atributos desejáveis antes não contemplados;
- Assessoria técnica aos funcionários da Prefeitura nas operações de rotina do programa.

Considera-se alteração do **Aplicativo de Gestão**, não coberta pela Manutenção, e que somente serão executados com autorização prévia da contratante, mediante aprovação de orçamento apresentado pela empresa a ser contratada:

- a) Mudanças de qualquer natureza em programa e/ou rotina já definidos e elaborados para atender as necessidades da contratante, após a aceitação do termo de implantação, considerando-se como referência inicial os descritivos propostos no presente termo;
- b) Prestar treinamento adicional do pessoal da contratante, em função de remanejamento de técnicos/usuários em seu quadro de pessoal;
- c) Outras tarefas solicitadas e não cobertas pela Manutenção.

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Os serviços previstos neste termo deverão ser realizados pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme cronograma físico, sendo:

- a- 15 (quinze) dias para execução dos serviços de Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- b- 90 (noventa) dias para o Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- c- 60 (sessenta) dias para a Vetorização de Feições a Partir da Ortofoto;
- d- 90 (noventa) dias para a Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- e- 150 (cento e cinquenta) dias para execução dos serviços para Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis – Recadastramento Imobiliário/Mobilário e Digitalização dos Croquis; e
- f- 240 (duzentos e quarenta) dias para execução de todos os serviços e atividades do SIG, sendo:
 - 60 (sessenta) dias para os serviços de fornecimento, implantação de sistemas e treinamento.
 - 180 (cento e oitenta) dias para suporte e manutenção do SIG, após implantação e treinamento, **os quais deverão ser prestados em caráter contínuo**, podendo ser prorrogado até os limites previstos na legislação (**artigo 57, inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993**).

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

SERVIÇO	PRAZO (DIAS)											
	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360
1- Planejamento e Preparação												
2 – Levantamento Aerofotogramétrico												
3- Vetorização das Feições												
4 – Elaboração da Planta Genérica de Valores												
5 – Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis												
6 – SIG												

4. PRODUTOS

Como resultado de todos os trabalhos previstos deverão ser entregues à Prefeitura os seguintes produtos:

4.1 DO PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DOS TRABALHOS

Neste serviço será entregue o seguinte produto:

- Relatório detalhado com o plano de trabalho.

4.2 DO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DE ÁREAS URBANIZADAS

- 4.2.1 Plano de Vão Impresso
- 4.2.2 Plano de Vão em formato digital DWG.
- 4.2.3 Fotos Digitais (Coleção de fotos aéreas digitais coloridas, Padrão RGB, organizadas por faixa de vão em formato de gravação JPG com arquivo auxiliar JGW).
- 4.2.4 Fotoíndice
- 4.2.5 Impresso em forma de relatório, representando as faixas e fotos obtidas no recobrimento aerofotogramétrico.
- 4.2.6 Arquivo em formato digital GeoTiff com arquivo auxiliar TFW.
- 4.2.7 Apoio Básico e Suplementar
- 4.2.8 Monografias de todos os marcos de apoio fotogramétrico básico.
- 4.2.9 Listagem de coordenadas ajustadas de todos os pontos do apoio suplementar.
- 4.2.10 Ortofoto Digital com resolução de 10 cm, recortadas conforme articulação da escala 1:1.000, coloridas, georreferenciadas, em formato digital GeoTiff com arquivo auxiliar TFW.
- 4.2.11 Um mosaico digital abrangendo toda a área do projeto, colorida, georreferenciada, com resolução de 30 cm, no formato GeoTIFF com arquivo auxiliar TFW.
- 4.2.12 Um arquivo digital da articulação da escala 1:1.000 em formato de banco de dados.

4.3 DA VETORIZAÇÃO DE FEIÇÕES A PARTIR DA ORTOFOTO

- 4.2.13 Banco de Dados contendo todas as informações, bases cartográficas e arquivos vetoriais referentes ao projeto;
- 4.2.14 Relatório técnico conclusivo dos trabalhos desenvolvidos nesta etapa.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

4.4. DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Ao final do trabalho será entregue a minuta de lei contendo os valores dos terrenos e edificações da nova Planta Genérica de Valores.

4.5 DA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS.

A cada 30 (trinta) dias do início do serviço, será entregue Mídia Eletrônica contendo as informações atualizadas em campo dos imóveis integrantes do cadastro imobiliário, constantes dos boletins de coleta de dados e os arquivos magnéticos dos croquis dos imóveis digitalizados.

4.6 DO SIG

4.6.1 - Aplicativo de Gestão SIG

- até 150 (cento e cinquenta) dias do início dos serviços, 01 cópia do aplicativo de Gestão SIG, incluindo instalação e testes do sistema.
- até 180 (cento e oitenta) dias do início dos serviços, treinamento do pessoal da Prefeitura sobre as funções do sistema de gestão.

4.6.2 -Software GIS e Treinamento

- até 180 (cento e oitenta) dias do início dos serviços, 01 licença do aplicativo GIS.
- até 210 (duzentos e dez) dias do início dos serviços, treinamento do pessoal da Prefeitura.

4.6.3 - Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão

- Por 180 (cento e oitenta) dias, em caráter contínuo, suporte e manutenção do aplicativo de gestão, por técnico especializado, nas dependências da Prefeitura, por telefone ou internet, mediante, após instalação e treinamento do pessoal da Prefeitura.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

ANEXO IV – MODELO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2014

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU - SP.

Pelo presente instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à _____, _____, neste Município, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o Nº _____, neste ato representa pelo Sr. _____, doravante designada simplesmente “CONTRATANTE” e, de outro lado a empresa _____, estabelecida à _____, regularmente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o Nº _____, neste ato representada por _____, doravante referendada simplesmente como “CONTRATADA” celebram o presente instrumento, que reger-se á pelas Cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Este Contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA de “serviços técnicos especializados para o " LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU / SP”.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESCOPO

2.1 O escopo dos serviços compreende a execução das seguintes atividades:

- 2.1.1 Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 2.1.2 Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 2.1.3 Vetorização de Feições a Partir da Ortofoto;
- 2.1.4 Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 2.1.5 Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis; e
- 2.1.6 Sistema de Informações Geográficas - SIG.

CLÁUSULA TERCEIRA - ANEXOS

3.1 Fazem parte do presente Contrato, os documentos abaixo indicados.

- 3.1.1 Edital de Tomada de Preços Nº 017/2014, e seus anexos.
- 3.1.2 Proposta da CONTRATADA, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

4.1 O prazo total de execução dos serviços objeto deste contrato é de 12 (DOZE) meses corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de início, pelo Departamento de Obras/Serviços Municipais da Prefeitura Municipal de PARIQUERA-AÇU, sendo:

- 4.1.1 15 (quinze) dias para execução dos serviços de Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 4.1.2 90 (noventa) dias para o Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 4.1.3 60 (sessenta) dias para a Vetorização de Feições a Partir da Ortofoto;
- 4.1.4 90 (noventa) dias para a Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 4.1.5 150 (cento e cinquenta) dias para execução dos serviços para Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis – Recadastramento Imobiliário e Digitalização dos Croquis; e
- 4.1.6 240 (duzentos e quarenta) dias para execução de todos os serviços e atividades do SIG, sendo:
 - 60 (sessenta) dias para os serviços de fornecimento, implantação de sistemas e treinamento.
 - 180 (cento e oitenta) dias para suporte e manutenção do SIG, após implantação e treinamento, os quais deverão ser prestados em caráter contínuo, podendo ser prorrogado até os limites previstos na legislação (artigo 57, inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993).
- 4.2 A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura deste contrato, o cronograma físico dos serviços para aprovação da Fiscalização.
- 4.2.1 A CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, poderá determinar à CONTRATADA, alterações na programação estabelecida ou inversão de prioridades.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

4.3 A CONTRATANTE poderá estender o prazo do item 4.1 de acordo com as condições estabelecidas no Parágrafo 1º, Inciso I a VI, Art. 57 da LF 8.666/93.

4.4 Não serão computadas, para a contagem dos prazos, as interrupções relativas às paralisações decorrentes de caso fortuito ou motivo de força maior (artigo 1058 do Código Civil).

CLÁUSULA QUINTA - PREÇOS

5.1 Os preços para execução dos serviços do presente contrato são os apresentados a seguir:

Item	SERVIÇO	UNID.	QTE.	CUSTO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	PLANEJAMENTO E PREPAR. DOS TRABALHOS	relatório	1		
2	LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO	KM2	43,62		
3	VETORIZAÇÃO DAS FEIÇÕES	VB	1		
4	PLANTA GENCERICA DE VALORES	UN	1		
5	ATUAL. DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS				
5.1	Recadastramento Imobiliário	U.I.	6.100		
5.2	Digitalização dos Croquis dos Imóveis	U.I.	6.100		
6	SIG				
6.1	Aplicativo de Gestão SIG	aplicativo	1		
6.2	Software GIS	licença	1		
6.3	Treinamento de Usuários Software GIS	usuário	2		
6.4	Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão	mês	6		
TOTAL					

5.2 O Preço Global para execução dos serviços objeto deste Contrato será de R\$ _____ (_____), e refere-se ao escopo descrito na Cláusula Segunda.

5.3 O Preço Global acima referido inclui todos os equipamentos, mão de obra e materiais necessários à total execução dos serviços do escopo, constituindo, portanto, todos os custos, benefícios, tributos e contribuições, bem como os acréscimos decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, de modo a construir a única e total contraprestação pela execução dos serviços objeto deste Contrato.

5.4 Eventuais serviços extras, não previstos no Escopo ou na Planilha de Quantidade e Preços, serão tratados caso a caso, executados somente após análise pela FISCALIZAÇÃO e o competente enquadramento dos mesmos nos limites e restrições impostas pela LF Nº 8.666/93.

5.4.1 A formação dos preços para os serviços extras será baseada nos preços de serviços similares constantes na Planilha de Quantidades e Preços e, no caso de sua inexistência, pela composição com base em valores de mercado e utilizando os mesmos valores apresentados na proposta.

5.5 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimo ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - MEDIÇÃO E FATURAMENTO

6.1 As medições serão efetuadas nos prazos definidos para entrega dos produtos de cada atividade, conforme cronograma físico-financeiro e deverão ser apresentadas à Fiscalização até o prazo de 02 (dois) dias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal. A Fiscalização, por sua vez, terá um prazo de 02 (dois) dias para aprová-las e encaminhar para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

7.1 Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria do Departamento de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

7.1.1 Para efeito do item a), Inciso XIV do Art. 40 da L F. 8.666/93, a Fatura deverá ser paga dentro de 10 (dez) dias corridos da data de emissão da Medição.

7.1.2 Na hipótese da não efetivação do pagamento até o dia 10º (décimo) dia corrido da emissão da fatura, os valores serão atualizados proporcionalmente ao número de dias de inadimplência.

7.2 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas, o valor deste contrato poderá vir a ser reajustado segundo a variação do IGPM.

CLAUSULA OITAVA - MULTAS

8.1 Ficam estabelecidas as seguintes multas em que incidirá a CONTRATADA, independente de qualquer formalidade, bastando que ocorra pura e simplesmente o ato ou fato punível, constatado pela CONTRATANTE:

8.1.1 No valor correspondente a 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual nos seguintes casos:

- por dia de atraso injustificado, após o prazo de 5 (cinco) dias.
- por dia de paralisação dos serviços, superior a 3 (três) dias e até máximo de 15 (quinze) dias, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela CONTRATANTE.
- pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas deste Contrato, executadas aquelas para as quais as sanções estejam especificamente estabelecidas.

8.1.2 No caso de reincidência de qualquer dos itens acima, a multa será aplicada em dobro.

8.1.3 No valor correspondente a 5% (cinco por cento) ao valor contratual pela inexecução parcial ou total do contrato.

8.2 Aplicada a multa, a CONTRATANTE descontará no primeiro pagamento a ser feito à CONTRATADA, logo após sua imposição.

8.3 As multas eventualmente aplicadas, serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

8.4 A multa prevista nesta Cláusula não tem caráter compensatório, mas meramente moratório, consequentemente, o pagamento não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

8.5 A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, na forma da Cláusula Décima Quarta, assim que o total de multas aplicadas supere 5% (cinco por cento) do valor estimado do Contrato.

8.6 Além das penalidade dos itens anteriores, a CONTRATADA não ficará isenta das elencadas nos Artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/93.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além do cumprimento fiel as cláusulas do contrato e das estipulações dos seus anexos, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços em estrita observância às normas técnicas vigentes.

9.2 A CONTRATADA obriga-se a executar e concluir os serviços do presente Contrato, deixando os locais em perfeitas condições, utilizando o mais alto nível da técnica atual, devendo os serviços serem executados com segurança.

9.3 Cabe à CONTRATADA prover toda a mão de obra materiais, máquinas, equipamentos e ferramentas normais ou especiais necessária à total execução dos serviços objeto deste Contrato, através de profissionais habilitados e altamente qualificados.

9.4 A CONTRTADA é a responsável direta e exclusiva pelos serviços objeto deste Contrato e, consequentemente responderá civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que na execução deles venha, direta ou indiretamente a provocar ou causar à CONTRATANTE ou a terceiros.

9.5 A CONTRATADA obriga-se a acatar todas as instruções da CONTRATANTE que serão fornecidas por escrito, desde que tais instruções não infrinjam qualquer condição contratual.

9.6 A CONTRATADA obriga-se a permitir o acesso às dependências e locais em que estiverem se desenvolvendo trabalhos, de representantes credenciados da CONTRATANTE facultando-lhes o completo acesso aos trabalhos, em andamento e fornecendo-lhes todas as informações solicitadas, relacionadas com os trabalhos, sejam elas de que natureza forem.

9.7 A CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente a legislação vigente sobre proteção do meio ambiente, acatar as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitados no tocante a disciplina e segurança do trabalho, os regulamentos e normas adotadas na área de execução dos serviços, inclusive as regras sanitárias estabelecidas.

9.8 A CONTRATADA obriga-se a proceder, arcando com as respectivas despesas, a retirada das instalações, máquinas e equipamentos usados para a realização dos serviços, dos locais de trabalho, após o término dos serviços.

9.9 A CONTRATADA obriga-se a apresentar mensalmente à FISCALIZAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil que se seguir ao vencimento do prazo estabelecido em lei para o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social, os comprovantes de tal recolhimento, ficando assegurado à CONTRATANTE e à FISCALIZAÇÃO, na hipótese de



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

recusa ou falta de exibição de tais comprovantes, o direito de sustar o pagamento de quaisquer faturas, até que se cumpra aquela obrigação, sem prejuízo de aplicação de outras sanções.

Não obstante, ainda que tomadas medidas tais, não caberá, em qualquer hipótese, à CONTRATANTE, qualquer responsabilidade previdenciária com relação os empregados da CONTRATADA.

9.10 A CONTRATADA fica responsável, além dos casos previstos em Lei, perante à CONTRATANTE e terceiros, pelo seguinte:

9.10.1 Observância de todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e de previdência social, com relação aos seus funcionários que executarão os serviços previstos neste Contrato, sendo considerada neste particular como única empregadora. Para tanto, deverá a CONTRATADA, respeitar os pisos salariais das categorias, envolvidas, homologados pelo Tribunal Regional do Trabalho (T.R.T).

9.10.2 Todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação, estadia, transporte e alojamento de seu pessoal, que estiver prestando serviços nos locais de trabalho.

9.10.3 Reparo as suas custas, de quaisquer irregularidades, imperfeições ou defeitos constatados nos serviços executados, independentemente de qualquer aviso ou notificação da CONTRATANTE neste sentido, desde que por culpa da CONTRATADA.

9.10.4 Indenização por danos e prejuízos, pessoais ou materiais, causados a pessoal próprio ou a terceiros por culpa ou desídia da CONTRATADA, ou em consequência de erros, imperícias ou negligência própria ou de seus auxiliares prepostos ou operários sob sua responsabilidade, designados para a execução dos serviços contratados.

9.10.5 Ônus adicionais devido à improdutividade, ociosidade, trabalhos noturnos, domingos e feriados e chuva.

9.11 A CONTRATADA fica ciente que toda a documentação e/ou informação técnica sobre os serviços objeto do presente Contrato, pertencem à CONTRATANTE não podendo a CONTRATADA fazer uso ou divulgação da mesma sem a prévia expressa autorização da CONTRATANTE.

9.12 A CONTRATADA se obriga a submeter à prévia aprovação da CONTRATANTE, a utilização de sub-empreiteiros e/ou sub-contratadas nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 Caberá à CONTRATANTE providenciar, através da FISCALIZAÇÃO, à CONTRATADA.

10.1.1 Todos os projetos e especificações, bem como as demais informações que devam ser consideradas, em prazos compatíveis com a execução dos serviços.

10.1.2 Todos os elementos necessários à localização dos serviços a serem executados.

10.1.3 Aprovação das medições na forma da Cláusula Sexta.

10.1.4 Os pagamentos devidos, conforme estabelecido na Cláusula Sétima.

10.1.5 Aprovação ou recusa dos preços para serviço não relacionados na Planilha de Quantidade e Preço e, portanto, adicionais, em 03 (três) dias úteis, a partir da apresentação à CONTRATANTE dos elementos necessário à análise.

10.1.6 Designação de um interlocutor para representá-la perante a CONTRATADA, para todas as questões que envolvam o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO

11.1 A FISCALIZAÇÃO terá poderes para:

11.1.1 Transmitir à CONTRATADA as determinações e instruções da CONTRATANTE.

11.1.2 Recusar materiais e serviços que não obedeçam as especificações da CONTRATANTE.

11.1.3 Sustar qualquer serviço que não esteja de acordo com este Contrato ou com a boa técnica, ou que atente contra a segurança e bens de terceiros, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA.

11.1.4 Ordenar a imediata retirada de empregados da CONTRATADA que venham a embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora ou cuja permanência no trabalho for julgada inconveniente pela FISCALIZAÇÃO, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras despesas que de tal possam decorrer.

11.1.5 Examinar os documentos referentes à regularidade da situação da CONTRATADA, para com a Previdência Social.

11.1.6 Praticar quaisquer atos, nos limites do presente Contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito da CONTRATANTE.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

11.1.7 Aprovar preços novos, prazos e quantidades de serviços, sendo válidos como documentos contratuais diários de obras, cartas e atas, assinadas pelos Engenheiros Prepostos da FISCALIZAÇÃO.

11.1.8 Controlar as condições de trabalho e controlar os prazos estabelecidos para a execução dos serviços.

11.1.9 Fiscalizar as ações de higiene e segurança do trabalho.

11.2 A ação da FISCALIZAÇÃO não exime a CONTRATADA da completa responsabilidade, quanto ao aspecto técnico, no que se refere à execução e garantia dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO

12.1 O Presente Contrato não poderá ser cedido no todo ou em parte, pela CONTRATADA sem a prévia aprovação da CONTRATANTE, sob pena de ser o mesmo rescindido automaticamente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RENÚNCIA DE DIREITOS

13.1 O não exercício por parte da CONTRATANTE de qualquer direito ou faculdade à mesma concedida no presente Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO DO CONTRATO.

14.1 A Prefeitura poderá considerar rescindido este Contrato na ocorrência de quaisquer dos motivos prescritos no Art.78, Incisos I a XI e XVII da LF 8.666/93.

14.2 Sem prejuízo do disposto no item anterior, a CONTRATANTE poderá considerar rescindindo este Contrato de pleno direito, independentemente de qualquer aviso interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer direito de indenização, se:

14.2.1 Abandonar ou suspender, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, a execução dos serviços, salvo por motivos de força maior, devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE.

14.2.2 Não acatar ordem da FISCALIZAÇÃO para início dos serviços, salvo se suas razões tenham sido prévia e devidamente aceitas.

14.2.3 Transferir parcial ou totalmente a terceiros, as atribuições da CONTRATADA, sem prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.

14.2.4 Der causa à suspensão dos serviços, por determinações das autoridades competentes ou pela falta de cumprimento de prescrições e recomendações técnicas ou administrativas na execução dos serviços.

14.2.5 Deixar de cumprir, dentro de 5 (cinco) dias do recebimento da notificação competente, qualquer exigência da FISCALIZAÇÃO relativa aos serviços contratados.

14.3 Ocorrendo qualquer dos motivos acima enumerados, poderá a CONTRATANTE independentemente de notificação judicial ou extra-judicial à CONTRATADA, tomar posse imediata dos serviços já realizados, não cabendo a CONTRATADA qualquer reclamação e/ou indenização.

14.4 Uma vez rescindindo este Contrato, poderá a CONTRATANTE entregar a conclusão dos serviços objeto do mesmo a quem lhe aprouver, não cabendo a CONTRATADA direito a qualquer indenização por serviços não realizados, restando a CONTRATANTE as importâncias porventura devidas por serviços já realizados e ainda não pagos, para cobertura das multas, juros e demais encargos em aberto por ocasião da rescisão.

14.5 O Contrato poderá ser rescindido sempre que o valor das multas aplicadas superar 5% (cinco por cento) do valor indicado na Cláusula Décima Oitava, de acordo com o item 8.5 deste Contrato.

14.6 Não convindo à CONTRATANTE a rescisão do Contrato, poderá ela intervir nos serviços contratados, de maneira que melhor satisfaça a seus interesses, correndo por conta da CONTRATADA todos os custos decorrentes desta intervenção, até o limite do seu preço contratual.

14.7 Caso a CONTRATANTE não exerça o direito de rescindir o presente Contrato, poderá ela, a seu exclusivo critério, sustar o pagamento de quaisquer faturas e/ou documentos de cobrança pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida. Ficando esta sujeita à imposição das multas previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORÇA MAIOR

15.1 A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivado por caso fortuito ou motivo de força maior, nos termos do artigo 1058 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito, os eventos da natureza e como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente, independem da vontade das partes.

15.2 Qualquer circunstância que puder ser caracterizada como caso fortuito ou motivo de força maior, somente poderá como tal ser invocada pelas partes quando, direta e comprovadamente, afetar a parte que a invocar e aos serviços.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - IMPOSTOS, LICENÇAS, REGISTROS E SEGUROS

16.1 Correrão por conta da CONTRATADA, todos os impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, que incidam ou possam vir a incidir sobre as operações objeto deste Contrato, ou de qualquer forma com ele relacionado.

16.1.1 O Imposto sobre Serviços relativos ao objeto deste Contrato deverá ser recolhido de acordo com a legislação vigente.

16.2 As licenças e respectivas despesas para a sua obtenção junto as repartições competentes, necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficam por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECURSOS FINANCEIROS E VALOR DO CONTRATO

17.1 As despesas com a execução do presente Contrato, correrão por conta da seguinte dotação, consignada na peça orçamentária do exercício de 2014 e pela correspondente dos exercícios seguintes.

Unidade Orçamentaria: 01.04.00 – Depto. de Fazenda e Planejamento

Unidade Executora: 01.04.01 - – Depto. de Fazenda e Planejamento

Função: 04.123 – Administração Financeira

Projeto: 2006 – Munut. Do Depto. de Fazenda e Planejamento

Classificação Econômica: 3.3.90.39 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Destinação do Recurso: 0.110.00 - Geral

17.2 Dá-se ao presente Contrato o valor inicial estimado de R\$_____.

17.2.1 Os serviços extras que eventualmente possam ocorrer, não foram computados no valor do item 18.2.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1 Para dirimir quaisquer dúvidas resultantes do presente Contrato, elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Pariqueira-Açu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais Privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O presente Contrato regular-se-á pelas Cláusulas nele contidas, bem como pelo que consta no Processo Nº 027/2014, Proposta da CONTRATADA inserta às folhas ____a ____ do referido processo, como se neste instrumento estivessem transcritos.

E por se acharem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor perante as testemunhas abaixo indicadas para todos os fins e efeitos de direito.

PARIQUERA-AÇU, ____ de _____ de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

ANEXO IV – MODELO DE CURRICULUM VITAE DOS GERENTES / COORDENADORES

Nome do Profissional:			
Formação Profissional		Nº do Registro no Cons. Profis.	
Função no Projeto		Data de Admissão	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
Período	Empresa	Função	Descrição dos Serviços / Atividades Realizados

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, inclusive as respectivas sanções penais, que as informações prestadas neste curriculum são a expressão da verdade, nenhuma oposição fazendo que a Comissão Especial de Licitação da Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu/SP realize diligências a respeito da minha experiência profissional, solicitando documentos complementares que comprovem a exatidão do acima descrito.

_____, ____ de _____ de 2014.

ASSINATURA DO PROFISSIONAL



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014

PROCESSO Nº 029/2.014

EDITAL Nº 019/2.014

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua XV de novembro, nº 686, Centro, Pariqueira-Açu - SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.685.120/0001-08, através do Senhor **JOSÉ CARLOS SILVA PINTO**, Prefeito Municipal, torna público que se acha aberta à licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014**, do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, que obedecerá, ao disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2.000, e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, bem como as condições estabelecidas neste Edital, anexas e Decreto Municipal nº 404/2.008, de 03 de Janeiro de 2008, alterado pelo Decreto Municipal nº 493/2.009 de 26 de Junho de 2.009, bem como a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2.006.

OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) conforme resolução CONAMA RDC nº 358/05, da ANVISA RDC nº 306/05 por um período de 12 meses**, na modalidade Pregão, por meio de sistema Presencial.

ANEXOS

- Anexo I** – Modelo referencial de instrumento de Credenciamento;
- Anexo II** – Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de Habilitação;
- Anexo III** – Modelo de Proposta;
- Anexo IV** – Modelo de Declaração que não emprega menores;
- Anexo V** – Modelo de Declaração de Fato Impeditivo;
- Anexo VI** – Termo de Referência – Planilha de Quantidades - Exames;
- Anexo VII** – Minuta do Contrato;
- Anexo VIII** - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo IX** – Recibo de retirada de edital pela internet.

ÍNDICE

ITEM	ASSUNTO
I -	OBJETO
II -	DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS SERVIÇOS
III -	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
IV -	CREDENCIAMENTO
V -	APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO
VI -	DO PREÇO
VII -	DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO
VIII -	PROCEDIMENTOS
IX -	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS
X -	IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
XI -	RECURSOS FINANCEIROS
XII -	DO CONTRATO
XIII -	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
XIV -	DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUCATÁRIA
XV -	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
XVI -	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
XVII -	INFORMAÇÕES
XVIII -	DISPOSIÇÕES GERAIS
XIX -	DO FORO

Pariqueira-Açu, 27 de Maio de 2.014.

JOSÉ CARLOS SILVA PINTO
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Parquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014

PROCESSO Nº 029/2.014

EDITAL Nº 019/2.014

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua XV de Novembro, nº 686, Centro, Parquera-Açu - SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.685.120/0001-08, através do Senhor **JOSÉ CARLOS SILVA PINTO**, Prefeito Municipal, torna público para de quantos possam interessar, que se acha aberta à licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014**, tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, com a finalidade de **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) conforme resolução CONAMA RDC nº 358/05, da ANVISA RDC nº 306/05 por um período de 12 meses**. O certame será conduzido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria 512 de 04 de Novembro de 2.013, sendo processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2.000, e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e Decreto Municipal nº 404/2.008, de 03 de Janeiro de 2008, alterado pelo Decreto Municipal nº 493/2.009 de 26 de Junho de 2.009, bem como a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2.006.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Gratuitamente através do site: www.pariqueraacu.sp.gov.br ou solicitando o edital enviando e-mail para licitacao@pariqueraacu.sp.gov.br, e no Setor de Licitações, localizado na Rua, XV de Novembro, nº 686 – Centro, Parquera-Açu-SP, tele/fax: (13) 3856-2330, das 08:30h às 11:30h e das 13:00h às 16:00h – Ou no Setor de Licitações, mediante o recolhimento de R\$ 0,30 por cada reprodução cópia referente ao edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e nos seguintes anexos que o integram:

- Anexo I – Modelo referencial de instrumento de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Proposta;
- Anexo IV – Modelo de Declaração que não emprega menores;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Fato impeditivo;
- Anexo VI – Termo de Referência – Planilha de Quantidades - Exames;
- Anexo VII – Minuta do Contrato;
- Anexo VIII - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo IX – Recibo de retirada de edital pela internet.

I – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS) CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA RDC Nº 358/05, DA ANVISA RDC Nº 306/05 POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

II – DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS SERVIÇOS

- 2.1 - Estima-se o total de 300 quilogramas ao mês de lixo hospitalar.
- 2.2 – O regime de execução do serviço é de empreitada de serviços por preço global.
- 2.3 - Os resíduos deverão ser coletados nas dependências da Unidade Básica de Saúde, sito à Rua Pedro Bonne, nº 400, Centro, atendendo às solicitações do Departamento Municipal de Saúde.
- 2.4 - Os resíduos serão coletados pela CONTRATADA 02 vezes por mês entre 07:00h e 6:00h, de segunda à sexta-feira.

III – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas que:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 3.1.1. Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- 3.1.2. Atendam às exigências constantes neste edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida.
- 3.1.3. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:
- 3.1.3.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VIII deste Edital, e apresentada **fora** dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).
- 3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- 3.2.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução.
- 3.2.2. Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP ou com a Administração Pública, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública perante os Tribunais de Contas.
- 3.2.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição.
- 3.2.4. Estrangeiras que não funcionem no País.

IV - CREDENCIAMENTO

- 4.1. No dia, horário e local estabelecido no item 7.1 deste edital, serão realizados, em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes "proposta comercial" e "documentação", a Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, e o Documento legal que comprove a pertinência do ramo de atividade da empresa com o objeto da presente licitação.
- 4.1.1. Não será admitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.
- 4.1.2. Será considerada retardatária a empresa, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após o credenciamento.
- 4.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.
- 4.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:
- 4.2.1.1. Instrumento público ou particular com firma reconhecida, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso (vide modelo referencial constante do **anexo I**).
- 4.2.1.2. Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemblado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.
- 4.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.
- 4.2.3. Os documentos supra-referidos poderão ser apresentados no original ou por cópia autenticada, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do competente processo administrativo.
- 4.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa, que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

V – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

- 5.1 - No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, fechados e indevassáveis, conforme abaixo relacionado e ainda **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com o modelo constante no Anexo II ao Edital, que deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 01 e 02, e o Documento legal que comprove a pertinência do ramo de atividade da empresa com o objeto da presente licitação:**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU-SP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014

PROCESSO Nº 029/2.014

EDITAL Nº 019/2.014

O primeiro com o subtítulo ENVELOPE Nº 01 "PROPOSTA"

O segundo com o subtítulo ENVELOPE Nº 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

- 5.1.2. Os envelopes deverão estar subscritos com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa, número do **PREGÃO** e número do processo licitatório.
- 5.1.3. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.1.4. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.
- 5.2. O **ENVELOPE Nº 1** conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas, devendo seguir necessariamente o modelo-padrão consistente do **anexo III** deste edital.
- 5.2.2. Na Proposta deverá constar o prazo de validade da proposta, que poderá ser de 60 (sessenta) dias corridos contando da data de abertura da sessão pública.
- 5.2.3. Ser apresentada em conformidade com cotação de preços definida no objeto deste Edital e no Anexo VI (Termo de referência), em moeda corrente nacional (R\$ - com até duas casas decimais), expressa em algarismos e por extenso, itens básicos para apresentação da proposta.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 5.2.4. Constar preço unitário e global, conforme modelo de planilha, **Anexo III** deste edital. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último.
- 5.2.5. Declarar expressamente que nos preços contidos na proposta estão incluídos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- 5.2.6. Constar oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 5.2.7. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da Proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser efetuado a Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP, sem ônus adicionais.
- 5.2.8. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 5.2.9. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos.
- 5.3. O **ENVELOPE Nº 2** deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art.7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

a) Habilitação Jurídica

- a.1) Cédula de identidade dos sócios da empresa.
- a.2) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- a.3) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- a.4) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício.
- a.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Regularidade Fiscal:

- b.1) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, nos termos da instrução normativa RFB n.º 748, de 28 de junho de 2007; da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado.
- b.2) - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante;
- b.3) - Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à **Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b.4) - Prova de regularidade perante à **Fazenda Estadual**, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, ou certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03 de 13 de Agosto de 2.010 (Procuradoria Geral do Estado – Coordenadoria da Dívida Ativa);
- b.5) – Prova de regularidade perante à **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante e em nome do mesmo, na forma da lei, com prazo de validade em vigor (artigo 29, inciso III, Lei Federal nº 8.666/93);
- b.6) - Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – **I.N.S.S.** mediante a apresentação da **C.N.D.** – Certidão Negativa de Débito ou **C.P.D.E.N.** Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- b.7) - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**F.G.T.S.**), por meio da apresentação da **C.R.F.** – Certificado de Regularidade do **F.G.T.S.**
- b.8) - Prova de regularidade emitida pelo Ministério do Trabalho - **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, (CNDT)**, ou Certidão Positiva com efeito de negativa.
- b.9) Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) fica ressalvado o disposto nos art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, sendo que o não cumprimento do disposto nesta lei poderá acarretar as sanções e penalidades previstas no art. 81 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.
- b.10) Para a obtenção dos benefícios referentes à legislação acima citada, as licitantes deverão apresentar documentos que comprovem que as mesmas se encontram enquadradas no porte de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).
- b.11) Entende-se por Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), àquelas enquadradas nos limites determinados no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, a saber:
- a) no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);
 - b) no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- b.12.) Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, o produto de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

c) Qualificação Econômica Financeira

c.1) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da entrega dos envelopes;

d) Qualificação Técnica e outras comprovações

d.1) Indicação do responsável ou responsáveis que assinarão o Termo de Contrato, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa e, se procurador, o instrumento de mandato;

d.2) Atestado de Capacidade Técnica comprovando a realização de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) dos grupos "A", "B" e "E" definidos na Resolução CONAMA 358/2005;

d.3) Declaração de conhecimento das informações e que aceita todas as condições locais, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

d.4) Comprovação de que o licitante possui registro no Conselho Regional de Química (CRQ);

d.5) Declaração com firma reconhecida, sob as penas da lei, de que a proponente não foi declarada inidônea, bem como não está cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitações, junto a órgãos da Administração Pública, direta, indireta ou fundacional, em virtude de contratos firmados anteriormente.

d.6) Declaração, sob as penas da Lei, que atende todos os itens definidos na Resolução CONAMA 358/2005, RDC ANVISA 306/2004, que dispõe sobre o gerenciamento interno e externo dos RSSS.

e) Regularidade trabalhista

e.1) Declaração, sob as penas da lei, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à Lei Federal nº 9.854/99 quanto a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, devidamente preenchido, conforme **Anexo IV** do edital.

f) Declaração de Fato Impeditivo e responsabilidade pela veracidade das informações constantes da documentação e da proposta que apresentar. (**Anexo V**).

g) Declaração com firma reconhecida, de que no ato da Assinatura do Contrato, reunirá todos os equipamentos, profissionais e condições necessárias à execução do Contrato, conforme Termo de Referência (**Anexo VI**).

VI - DO PREÇO

6.1. O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o serviço licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo serviço.

6.2. Serão desclassificadas as propostas, cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado.

VII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

7.1. Os documentos referentes à declaração de atendimento aos requisitos de habilitação (Anexo II), ao credenciamento (Anexo I), bem como os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação das empresas interessadas, deverão ser protocolados na sessão de protocolos, sito à Rua XV de Novembro, nº 686, Centro, Pariqueira-Açu-SP.– Sala de Licitações, conforme a programação seguinte:

- **Recebimento dos Envelopes Proposta, Documentação e Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (Anexo II):**
Data: 10/06/2.014
Horário: Das 08:30hs até às 09:00hs
- **Recebimento do Credenciamento (Anexo I) das empresas interessadas:**
Data: 10/06/2.014
Horário: Das 09:00hs até às 09:30hs
- **Início da Sessão:**
Data: 10/06/2.014
Horário: A partir da 09:30hs

7.2. Na hora e local indicado no subitem 7.1, serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

7.2.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

7.2.2. Recebimento dos envelopes "proposta" e "documentação", bem como a Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

7.2.3. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços.

7.2.3.1. Para fins de julgamento, serão considerados valores com até duas casas decimais;

7.2.4. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais, aos representantes das empresas, cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

7.2.5. Em não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 7.2.4, poderão as empresas autoras das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 7.2.6. A condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço, em ordem decrescente de valor, respeitado as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;
- 7.2.7. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preços totais;
- 7.2.8. Abertura dos envelopes “documentação” apenas da empresa, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;
- 7.2.9. Habilitação ou inabilitação da primeira classificada; prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope “documentação” da(s) segunda(s) classificada(s);
- 7.2.10. Proclamação da empresa vencedora do certame pelo critério de menor preço global;
- 7.2.11. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer;
- 7.2.12. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

VIII – PROCEDIMENTOS

- 8.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, nomeados através da **Portaria nº 512/13 de 04 de Novembro de 2.013**, seguindo a legislação vigente e as fases apontadas no item VII deste edital.
- 8.2. Instalada a sessão pública do pregão, proceder-se-á à abertura dos envelopes das propostas comerciais, que será rubricada e analisada pelo Pregoeiro. Em seguida, será dada vista das propostas aos representantes dos licitantes, que poderão rubricá-las, devolvendo-as ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.
- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.
- 8.2.2. As demais propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços globais.
- 8.2.3. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes; preços ofertados; adequações havidas, propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação, e a ordem de classificação provisória.
- 8.3. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo definido no subitem 7.2.4.
- 8.3.1. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes do menor valor unitário apresentado.
- 8.3.2. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:
- 8.3.2.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e as empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- 8.3.2.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora da fase de lances verbais, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;
- 8.3.2.3. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da sessão, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;
- 8.3.2.4. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.2.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;
- 8.3.2.4.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- 8.3.2.5. O exercício de direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 8.3.2.6. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 8.3.2.1 será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.
- 8.3.3. Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades previstas neste edital.
- 8.3.4. Declarada encerrada a etapa competitiva de cada lance, o Pregoeiro procederá ao lance seguinte, após o término, será efetuada à classificação definitiva das propostas, consignando-a em ata.
- 8.4. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação da proponente, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.
- 8.4.1. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, ser-lhe-á aplicada a multa prevista neste edital, prosseguindo o Pregoeiro com a abertura do envelope de documentação da(s) proponente(s) classificada(s) em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.
- 8.4.2. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua classificação.
- 8.4.3. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e nos seus Anexos.
- 8.5. **Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada será declarada vencedora do certame.**
- 8.6. Proclamada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.
- 8.6.1. O recurso terá efeito suspensivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.6.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.
- 8.7. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.
- 8.8. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro, até a efetiva formalização da contratação.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 9.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.
- 9.2. Os documentos exigidos serão aceitos dentro da data de validade neles assinalados, na hipótese de não constar nos documentos o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores a data marcada para entrega dos envelopes.
- 9.3. Os documentos emitidos via internet, dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério do Pregoeiro a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme item 9.2 deste Edital.
- 9.4. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número de CNPJ. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 9.5. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

X - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 10.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO PRESENCIAL**, ou ainda para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.
 - 10.1.1. A autoridade superior deverá decidir sobre a impugnação, no prazo legal, antes da abertura do certame.
 - 10.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.
- 10.2. A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO**, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

XI – RECURSOS FINANCEIROS

- 11.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos provenientes da dotação orçamentária vigente:

01 – PODER EXECUTIVO

01.05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0002 – Atenção Básica

2.007 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

05.300.51 – PAB FIXO

FICHA 67

XII – DO CONTRATO

- 12.1. A minuta do contrato a ser firmado encontra-se no Anexo VII do Edital e obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, Inciso II.

XIII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1. Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-lo ao Pregoeiro, imediatamente após a divulgação do vencedor do certame, dispondo do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação do mesmo, por escrito, que será disponibilizado a todos os participantes, tão logo sejam encaminhados ao Pregoeiro pelo recorrente.
- 13.2. Os demais licitantes poderão apresentar contra-razões em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente.
- 13.3. É assegurada aos licitantes vista imediata dos atos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contra-razões.
- 13.4. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro, ao vencedor.
- 13.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

A(s) Adjudicatária(s) obrigar-se-á (ão) a:

- 14.1. Fornecer o serviço, estritamente de acordo com o Termo de Referência descrito no **Anexo VI**, bem como no prazo e quantitativo nele estabelecidos, responsabilizando-se pelo funcionamento dos mesmos na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela Prefeitura do Município de Paríquera-Açu-SP, estarem em desacordo com as referidas especificações.
- 14.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 14.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP.
- 14.4. Demais obrigações constantes da cláusula sétima da Minuta do Contrato constante no **anexo VII** do presente Edital.
- 14.5. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

XV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1. O(s) licitantes vencedor(es) apresentará(ão) ao Departamento de Saúde a Nota Fiscal referente ao serviço efetuado, juntamente com um Documento informando quantos Quilos de Resíduos foram transportados, assinado pelo responsável da Saúde.
- 15.2. O Departamento de Saúde realizará a análise e conferência da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.
- 15.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, para que a empresa a reapresente.
- 15.4. A devolução da nota fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.
- 15.5. O pagamento da será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia a partir da data de recebimento da Nota Fiscal, que deverá estar em correspondência com o fornecimento prestado e com os valores ofertados, estar devidamente atestadas pelo responsável, nomeado pelo ordenador de despesa, processadas segundo a Legislação Vigente.

XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:
- a) Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - b) Apresentar documentação falsa;
 - c) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
 - d) Retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
 - e) Não mantiver a proposta;
 - f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 16.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 3.555/2000, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- a) Advertência;
 - b) A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão administrativa, com as consequências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, sem prejuízo das penalidades a que aludem os artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.
 - b.1) A multa a que se refere o inciso II do art. 87, da lei citada no art. Anterior, será de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.
 - b.2) O atraso injustificado na execução do contrato acarretará as seguintes multas:
 - I - Atraso até 10 (dez) dias, multa de 0,1% sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
 - II - Atraso superior a 10 (dez) dias, multa de 0,15% sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
 - b.3) As sanções estabelecidas neste item não excluem quaisquer outras previstas neste Edital ou no contrato, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelas perdas e danos que causar a Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu – SP, em consequência de inadimplemento das condições estabelecidas neste Contrato.
 - c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 16.3. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP à adjudicatária ou cobrado judicialmente.
- 16.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 16.1 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
- 16.5. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" também poderão ser aplicadas à adjudicatária ou à licitante, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticarem ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

XVII - INFORMAÇÕES

- 17.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação, da Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP, situada na Rua XV de Novembro, nº 686 – Centro –, pessoalmente ou através do tele/fax (13) 3856-2330, em horário comercial.

XVIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação, em contrário, do Pregoeiro.
- 18.2. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, neste caso, para os licitantes, qualquer direito a indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 18.3. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 18.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.6. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 18.7. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, convocará a adjudicatária para assinatura do Contrato que, depois de cumpridos os requisitos de



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, não implicando, para o licitante, direito à aquisição dos serviços pela Administração.

- 18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 18.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes do item 16 deste Edital, o lance será considerado proposta.
- 18.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.11. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.
- 18.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP.
- 18.13. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.
- 18.14. Os envelopes "Documentação e Proposta", não abertos, ficarão a disposição das licitantes pelo período de 30 (trinta) dias corridos, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura do Município de Pariqueira-Açu-SP.
- 18.15. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520/2.002, Decreto nº 3.555/2.000, e na Lei nº 8.666/93.

XIX - DO FORO

- 19.1. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Jacupiranga-SP, Vara Distrital de Pariqueira-Açu/SP.

Pariqueira-Açu, 27 de Maio de 2.014.

JOSÉ CARLOS SILVA PINTO
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO

(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, credencia FULANO DE TAL, portador da cédula de identidade nº, expedida pela SSP/....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

(Local/data)....., de de 2.014.

(assinatura)

Nome:
RG:
Função ou cargo:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(papel timbrado da licitante)

AO
PREGOEIRO DA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU - SP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014
PROCESSO Nº 029/2.014
EDITAL Nº 019/2.014

Vimos pela presente apresentar a Vossa Senhoria, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e declaramos que atendemos todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

(Local/data)....., de de 2.014.

(assinatura)

Nome:
RG:
Função ou cargo:

(em papel timbrado da empresa)
ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014
PROCESSO Nº 029/2.014
EDITAL Nº 019/2.014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS) CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA RDC Nº 358/05, DA ANVISA RDC Nº 306/05 POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

A empresa, após examinar minuciosamente o Edital e seus Anexos do PREGÃO em epígrafe e, após tomar pleno conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, propõe o valor global para o lote abaixo discriminado:

LOTE	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO KG	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL por 12 meses
ÚNICO	300 KG	R\$	R\$	R\$



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Valor GLOBAL do Lote (por extenso): **R\$**

Declaro expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições e alterações estabelecidas no presente Edital e nos seus Anexos, bem como declaro que nos preços unitários e global estão incluídas as despesas diretas e indiretas, com o fornecimento/instalação de todos os insumos, de conformidade com as condições estabelecidas no Edital do presente Pregão Presencial e seus Anexos.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública do pregão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento da será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia a partir da data de recebimento da Nota Fiscal, que deverá estar em correspondência com o fornecimento prestado e com os valores ofertados, estar devidamente atestadas pelo responsável, nomeado pelo ordenador de despesa, processadas segundo a Legislação Vigente.

PRAZO DE EXECUÇÃO: As coletas serão realizados nas dependências da UBS- Unidade Básica de Saúde, sito à Rua Pedro Bonne, nº 400, Centro, pelo período de 12 (doze) meses, sendo até 02 (duas) vezes ao mês.

Declaro que no(s) preços ofertados incluem (em) todos os custos diretos e indiretos, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o serviço licitado, e constitui a única e completa remuneração pela execução.

(local/data) _____, ____ de _____ de 2.014.

Assinatura e identificação do Representante e carimbo da empresa

Razão Social da empresa licitante

Endereço da empresa licitante

Telefone/ Fax da empresa licitante

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES
(inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal de 1988)

(em papel timbrado da empresa)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014
PROCESSO Nº 029/2.014
EDITAL Nº 019/2.014



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Declaramos para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, situada na _____ (endereço completo), não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem em qualquer outro trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme previsto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

(Local/data)....., de de 2.014.

(assinatura)

Nome:

RG:

Função ou cargo:

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

(papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014
PROCESSO Nº 029/2.014
EDITAL Nº 019/2.014

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, e assume total e responsabilidade pela veracidade das informações constantes da documentação e da proposta que apresentar.

(Local/data)....., de de 2.014.

(assinatura)

Nome:

RG:

Função ou cargo:

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014
PROCESSO Nº 029/2.014



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

EDITAL Nº 019/2.014

TERMO DE REFERÊNCIA

Com base no que tange o tratamento de resíduos e das responsabilidades, de acordo com o inciso 1.6 do capítulo III da RDC nº 306, de 07 de Dezembro de 2004 da ANVISA (RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA da Agência Nacional da Vigilância Sanitária), dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos sólidos de serviço de saúde, onde obriga todos os geradores de resíduos hospitalares a encaminharem os mesmos para tratamento, sendo proibida a disposição direta em solo como aterro sanitário.

“inciso 1.6 – Tratamento – Consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente. O tratamento pode ser aplicado no próprio estabelecimento gerador ou em outro estabelecimento, observadas nestes casos, as condições de segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.”

1 – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS) CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA RDC Nº 358/05, DA ANVISA RDC Nº 306/05 POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

2 – DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

A quantidade total anual será conforme abaixo discriminado, sendo:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS) CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA RDC Nº 358/05, DA ANVISA RDC Nº 306/05 POR UM PERÍODO DE 12 MESES.	KG recolhido	3.600 Kg
Valor Médio orçado para fins desta licitação: R\$ 5,04 o kg recolhido		

1.1 - Os resíduos serão coletados pela CONTRATADA 02 vezes por mês entre 07:00h e 6:00h, de segunda à sexta-feira.

- Os resíduos deverão ser coletados nas dependências da Unidade Básica de Saúde, sito à Rua Pedro Bonne, nº 400, Centro, atendendo às solicitações do Departamento Municipal de Saúde.

- A CONTRATADA emitirá no mês subsequente à prestação de serviço, após o pagamento da remuneração pela CONTRATANTE, o CERTIFICADO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, nos termos da Resolução CONAMA nº 358/05, onde constará a quantidade tratada no período correspondente.

- O regime de execução do serviço é de empreitada de serviços por preço global.

- Estima-se o total de 300 quilogramas ao mês de lixo hospitalar.

LOTE: ÚNICO

QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL: 300 KG

Total estimado para 12 meses: 3.600 kg.

A prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) conforme Resolução CONAMA RDC Nº 358/05, DA ANVISA RDC Nº 306/05 por um período de 12 meses, será realizado de acordo com as seguintes condições:

a) Resíduos a serem coletados:

Resíduo - RSSS (Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde);

Acondicionamento: caixa de papelão específica e saco branco leitoso com simbologia infectante;

Destino: a critério da empresa contratada.

b) Coleta:

A coleta será realizada semanalmente, apresentando seus funcionários uniformizados, identificados, capacitados e portando os equipamentos de proteção individual apropriados a execução dos serviços.

c) Transporte:

Os resíduos serão transportados em veículo específico para o transporte de resíduos perigosos de acordo com as normas técnicas da ABNT, devidamente licenciado pelo INMETRO, obedecendo todas as normas e cuidados capazes de garantir a segurança do transporte dos resíduos, especialmente o Decreto Lei nº 96044 de 18/05/1988 e resolução ANTT nº 420 de 12/02/2004, ou qualquer outra Lei ou norma que venha substituí-la ou completá-la, cuja responsabilidade é do gerador do resíduo, respondendo o transportador solidariamente em casos de danos ou prejuízos ao meio ambiente ou a terceiros.

d) Tratamento e destinação final:

Os resíduos classificados no grupo "A" da resolução CONAMA 358/2005, serão esterilizados por autoclavagem, esse processo que garante a total inativação dos microorganismos presentes nos resíduos através de uma rápida e homogênea elevação na temperatura da câmara, esta garantia esta documentada pelo constante monitoramento realizado através de indicadores biológicos, após esterilizados os resíduos são descaracterizados e dispostos em aterros para resíduos licenciados pelos órgãos ambientais. Os resíduos classificados no grupo "B" e "E" da resolução CONAMA 358/2005, serão incinerados em equipamento adequado e licenciado para a destruição de resíduos de serviços de saúde e hospitalares.

Cronograma de coleta: Quinzenal.

Quantidade estimada de coleta mensal: 300 kg de RSSS.

e) O vencedor deverá apresentar os seguintes documentos, no ato da assinatura do Contrato:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- 1) Licença Ambiental de Operação expedida por órgão ambiental competente para as atividades de coleta, transporte e destinação final dos resíduos de serviço de saúde em nome da proponente;
- 2) Certificado de Registro de regularidade do(s) responsável(is) técnico(s) pela empresa proponente, junto à entidade profissional competente – Conselho Regional de Química – CRQ. A empresa deverá possuir no mínimo, 01 (um) responsável técnico devidamente comprovado o vínculo entre a licitante e o profissional;
- 3) Alvará de Funcionamento em nome da proponente, relativo ao objeto licitado;
- 4) Licença da Vigilância Sanitária;
- 5) Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRI, nos termos da Lei Estadual nº 8.168/76

3) RESOLUÇÕES E DECRETOS: Abaixo as Resoluções e Decretos citados no Termo de Referência:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA RESOLUÇÃO No 358, DE 29 DE ABRIL DE 2005

Dispõe sobre o tratamento e a

Disposição final dos resíduos dos

*Serviços de saúde e das outras
providências.*

O **CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA**, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto no 99.274, de 6 de julho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria no 499, de 18 de dezembro de 2002, e o que consta do Processo no 02000.001672/2000-76, volumes I e II, resolve:

Considerando os princípios da prevenção, da precaução, do poluidor pagador, da correção na fonte e de integração entre os vários órgãos envolvidos para fins do licenciamento e da fiscalização;

Considerando a necessidade de aprimoramento, atualização e complementação dos procedimentos contidos na Resolução CONAMA no 283, de 12 de julho de 2001, relativos ao tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;

Considerando a necessidade de minimizar riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho e proteger a saúde do trabalhador e da população em geral;

Considerando a necessidade de estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e de processos por alternativas de menor risco, a redução na fonte e a reciclagem, dentre outras alternativas;

Considerando que a segregação dos resíduos, no momento e local de sua geração, permite reduzir o volume de resíduos que necessitam de manejo diferenciado; Considerando que soluções consorciadas, para fins de tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, são especialmente indicadas para pequenos geradores e municípios de pequeno porte;

Considerando que as ações preventivas são menos onerosas do que as ações corretivas e minimizam com mais eficácia os danos causados à saúde pública e ao meio ambiente;

Considerando a necessidade de ação integrada entre os órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente, de saúde e de limpeza urbana com o objetivo de regulamentar o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, resolve:

Art. 1º Esta Resolução aplica-se a todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico *in vitro*; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica a fontes radioativas seladas, que devem seguir as determinações da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN, e às indústrias de produtos para a saúde, que devem observar as condições específicas do seu licenciamento ambiental.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução considera-se:

I - agente de classe de risco 4 (elevado risco individual e elevado risco para a comunidade): patógeno que representa grande ameaça para o ser humano e para os animais, representando grande risco a quem o manipula e tendo grande poder de transmissibilidade de um indivíduo a outro, não existindo medidas preventivas e de tratamento para esses agentes;

II - estabelecimento: denominação dada a qualquer edificação destinada à realização de atividades de prevenção, produção, promoção, recuperação e pesquisa na área da saúde ou que

estejam a ela relacionadas; III - estação de transferência de resíduos de serviços de saúde: é uma unidade com instalações exclusivas, com licença ambiental expedida pelo órgão competente, para executar transferência de resíduos gerados nos serviços de saúde, garantindo as características originais de acondicionamento, sem abrir ou transferir conteúdo de uma embalagem para a outra;

IV - líquidos corpóreos: são representados pelos líquidos cefalorraquidiano, pericárdico, pleural, articular, ascítico e amniótico;

V - materiais de assistência à saúde: materiais relacionados diretamente com o processo de assistência aos pacientes;

VI - prion: estrutura protéica alterada relacionada como agente etiológico das diversas formas de encefalite espongiforme;

VII - redução de carga microbiana: aplicação de processo que visa a inativação microbiana das cargas biológicas contidas nos resíduos;

VIII - nível III de inativação microbiana: inativação de bactérias vegetativas, fungos, vírus lipofílicos e hidrofílicos, parasitas e microbactérias com redução igual ou maior que 6Log10, e inativação de esporos do bacilo *stearothermophilus* ou de esporos do bacilo subtilis com redução igual ou maior que 4Log10;

IX - sobras de amostras: restos de sangue, fezes, urina, suor, lágrima, leite, colostro, líquido espermático, saliva, secreções nasal, vaginal ou peniana, pêlo e unha que permanecem os tubos de coleta após a retirada do material necessário para a realização de investigação;

X - resíduos de serviços de saúde: são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços definidos no art. 1º desta Resolução que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final;

XI - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde-PGRSS: documento integrante do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da não geração de resíduos e na minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, no âmbito dos serviços mencionados no art. 1º desta Resolução, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

XII - sistema de tratamento de resíduos de serviços de saúde: conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas dos resíduos, podendo promover a sua descaracterização, visando a minimização do risco à saúde pública, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador;

XIII - disposição final de resíduos de serviços de saúde: é a prática de dispor os resíduos sólidos no solo previamente preparado para recebê-los, de acordo com critérios técnico-construtivos e operacionais adequados, em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes; e

XIV - redução na fonte: atividade que reduza ou evite a geração de resíduos na origem, no processo, ou que altere propriedades que lhe atribuam riscos, incluindo modificações no processo ou equipamentos, alteração de insumos, mudança de tecnologia ou procedimento, substituição de materiais, mudanças na prática de gerenciamento, administração interna do suprimento e aumento na eficiência dos equipamentos e dos processos.

Art. 3o Cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal, referidos no art. 1o desta Resolução, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final, nos termos da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 4o Os geradores de resíduos de serviços de saúde constantes do art. 1o desta Resolução, em operação ou a serem implantados, devem elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde-PGRSS, de acordo com a legislação vigente, especialmente as normas da vigilância sanitária.

§ 1o Cabe aos órgãos ambientais competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a fixação de critérios para determinar quais serviços serão objetos de licenciamento ambiental, do qual deverá constar o PGRSS.

§ 2o O órgão ambiental competente, no âmbito do licenciamento, poderá, sempre que necessário, solicitar informações adicionais ao PGRSS.

§ 3o O órgão ambiental, no âmbito do licenciamento, fixará prazos para regularização dos serviços em funcionamento, devendo ser apresentado o PGRSS devidamente implantado.

Art. 5o O PGRSS deverá ser elaborado por profissional de nível superior, habilitado pelo seu conselho de classe, com apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar, quando couber.

Art. 6o Os geradores dos resíduos de serviços de saúde deverão apresentar aos órgãos competentes, até o dia 31 de março de cada ano, declaração, referente ao ano civil anterior, subscrita pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente habilitado, acompanhada da respectiva ART, relatando o cumprimento das exigências previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. Os órgãos competentes poderão estabelecer critérios e formas para apresentação da declaração mencionada no caput deste artigo, inclusive, dispensando-a se for o caso para empreendimentos de menor potencial poluidor. Art. 7o Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, ou, na sua ausência, às normas e critérios internacionalmente aceitos.

Art. 8o Os veículos utilizados para coleta e transporte externo dos resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT.

Art. 9o As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente. Parágrafo único. As características originais de acondicionamento devem ser mantidas, não se permitindo abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.

Art. 10. Os sistemas de tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciados pelo órgão ambiental competente para fins de funcionamento e submetidos a monitoramento de acordo com parâmetros e periodicidade definidos no licenciamento ambiental.

Parágrafo único. São permitidas soluções consorciadas para os fins previstos neste artigo.

Art. 11. Os efluentes líquidos provenientes dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, para serem lançados na rede pública de esgoto ou em corpo receptor, devem atender às diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

Art. 12. Para os efeitos desta Resolução e em função de suas características, os resíduos de serviço de saúde são classificados de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Art. 13. Os resíduos não caracterizados no Anexo I desta Resolução devem estar contemplados no PGRSS, e seu gerenciamento deve seguir as orientações específicas de acordo com a legislação vigente ou conforme a orientação do órgão ambiental competente.

Art. 14. É obrigatória a segregação dos resíduos na fonte e no momento da geração, de acordo com suas características, para fins de redução do volume dos resíduos a serem tratados e dispostos, garantindo a proteção da saúde e do meio ambiente.

Art. 15. Os resíduos do Grupo A1, constantes do Anexo I desta Resolução, devem ser submetidos a processos de tratamento em equipamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação microbiana e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde.

Art. 16. Os resíduos do Grupo A2, constantes do Anexo I desta Resolução, devem ser submetidos a processo de tratamento com redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para:

I - aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde, ou II - sepultamento em cemitério de animais.

Parágrafo único. Deve ser observado o porte do animal para definição do processo de tratamento. Quando houver necessidade de fracionamento, este deve ser autorizado previamente pelo órgão de saúde competente.

Art. 17. Os resíduos do Grupo A3, constantes do Anexo I desta Resolução, quando não houver requisição pelo paciente ou familiares e/ou não tenham mais valor científico ou legal, devem ser encaminhados para:

I - sepultamento em cemitério, desde que haja autorização do órgão competente do Município, ou Estado ou do Distrito Federal; ou

II - tratamento térmico por incineração ou cremação, em equipamento devidamente licenciado para esse fim.

Parágrafo único. Na impossibilidade de atendimento dos incisos I e II, o órgão ambiental competente nos Estados, Municípios e Distrito Federal pode aprovar outros processos alternativos de destinação.

Art. 18. Os resíduos do Grupo A4, constantes do Anexo I desta Resolução, podem ser encaminhados sem tratamento prévio para local devidamente licenciado para a disposição final de resíduos dos serviços de saúde.

Parágrafo único. Fica a critério dos órgãos ambientais estaduais e municipais a exigência do tratamento prévio, considerando os critérios, especificidades e condições ambientais locais.

Art. 19. Os resíduos do Grupo A5, constantes do Anexo I desta Resolução, devem ser submetidos a tratamento específico orientado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA.

Art. 20. Os resíduos do Grupo A não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal.

Art. 21. Os resíduos pertencentes ao Grupo B, constantes do Anexo I desta Resolução, com características de periculosidade, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento e disposição final específicos.

§ 1o As características dos resíduos pertencentes a este grupo são as contidas na Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos-FISPQ.

§ 2o Os resíduos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

§ 3o Os resíduos no estado líquido não devem ser encaminhados para disposição final em aterros.

Art. 22. Os resíduos pertencentes ao Grupo B, constantes do Anexo I desta Resolução, sem características de periculosidade, não necessitam de tratamento prévio.

§ 1o Os resíduos referidos no caput deste artigo, quando no estado sólido, podem ter disposição final em aterro licenciado.

§ 2o Os resíduos referidos no caput deste artigo, quando no estado líquido, podem ser lançados em corpo receptor ou na rede pública de esgoto, desde que atendam respectivamente as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

Art. 23. Quaisquer materiais resultantes de atividades exercidas pelos serviços referidos no art. 1o desta Resolução que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados na norma CNEN-NE-6.02 - Licenciamento de Instalações Radiativas, e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista, são considerados rejeitos radioativos (Grupo C) e devem obedecer às exigências definidas pela CNEN.

§ 1o Os rejeitos radioativos não podem ser considerados resíduos até que seja decorrido o tempo de decaimento necessário ao atingimento do limite de eliminação.

§ 2o Os rejeitos radioativos, quando atingido o limite de eliminação, passam a ser considerados resíduos das categorias biológica, química ou de resíduo comum, devendo seguir as determinações do grupo ao qual pertencem.

Art. 24. Os resíduos pertencentes ao Grupo D, constantes do Anexo I desta Resolução, quando não forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser encaminhados para aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Os resíduos do Grupo D, quando for passível de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem devem atender as normas legais de higienização e descontaminação e a Resolução CONAMA no 275, de 25 de abril de 2001.

Art. 25. Os resíduos pertencentes ao Grupo E, constantes do Anexo I desta Resolução, devem ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica.

§ 1o Os resíduos do Grupo E devem ser apresentados para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação.

§ 2o Os resíduos a que se refere o caput deste artigo, com contaminação radiológica, devem seguir as orientações contidas no art. 23, desta Resolução.

§ 3o Os resíduos que contenham medicamentos citostáticos ou antineoplásicos, devem ser tratados conforme o art. 21, desta Resolução.

§ 4o Os resíduos com contaminação biológica devem ser tratados conforme os arts. 15 e 18 desta Resolução.

Art. 26. Aos órgãos ambientais competentes, integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA, incumbe a aplicação desta Resolução, cabendo-lhes a fiscalização, bem como a imposição das penalidades administrativas previstas na legislação pertinente.

Art. 27. Para os municípios ou associações de municípios com população urbana até 30.000 habitantes, conforme dados do último censo disponível do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, e que não disponham de aterro sanitário licenciado, admite-se de forma excepcional e tecnicamente motivada, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta, com cronograma definido das etapas de implantação e com prazo máximo de três anos, a disposição final em solo obedecendo aos critérios mínimos estabelecidos no Anexo II, desta Resolução, com a devida aprovação do órgão ambiental competente.

Art. 28. Os geradores dos resíduos dos serviços de saúde e os órgãos municipais de limpeza urbana poderão, a critério do órgão ambiental competente, receber prazo de até dois anos, contados a partir da vigência desta Resolução, para se adequarem às exigências nela prevista.

§ 1o O empreendedor apresentará ao órgão ambiental competente, entre outros documentos, o cronograma das medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

§ 2o O prazo previsto no caput deste artigo poderá, excepcional e tecnicamente motivado, ser prorrogado por até um ano, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta, ao qual se dará publicidade, enviando-se cópia ao Ministério Público.

Art. 29. O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades e sanções previstas na legislação pertinente, em especial na Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no seu Decreto regulamentador.

Art. 30. As exigências e deveres previstos nesta resolução caracterizam obrigação de relevante interesse ambiental.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se a Resolução CONAMA no 283, de 12 de julho de 2001, e as disposições da Resolução no 5, de 5 de agosto de 1993, que tratam dos resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde, para os serviços abrangidos no art. 1o desta Resolução.

MARINA SILVA

ANEXO I (RESOLUÇÃO CONAMA)

I - GRUPO A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.

a) A1

1. culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

2. resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

3. bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;

4. sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;

b) A2

1. carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica;

c) A3

1. peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares;

d) A4

1. kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;

2. filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

3. sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com prions.
4. resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo;
5. recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;
6. peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica;
7. carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações; e
8. bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

e) A5

1. órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com prions.

II - GRUPO B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

a) produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossuppressores; digitálicos; imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por

serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os

resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;

b) resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes;

c) efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores);

d) efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas; e e) demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

III - GRUPO C: Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

a) enquadram-se neste grupo quaisquer materiais resultantes de laboratórios de pesquisa e ensino na área de saúde, laboratórios de análises clínicas e serviços de medicina nuclear e radioterapia que contenham radionuclídeos em quantidade superior aos limites de eliminação.

IV - GRUPO D: Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.

a) papel de uso sanitário e fralda, absorventes higiênicos, peças descartáveis de vestuário, resto

alimentar de paciente, material utilizado em anti-sepsia e hemostasia de venoclises, equipo de soro e outros similares não classificados como A1;

b) sobras de alimentos e do preparo de alimentos;

c) resto alimentar de refeitório;

d) resíduos provenientes das áreas administrativas;

e) resíduos de varrição, flores, podas e jardins; e

f) resíduos de gesso provenientes de assistência à saúde.

V - GRUPO E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

ANEXO II CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EXCLUSIVAMENTE

I) Quanto à seleção de área:	a) não possuir restrições quanto ao zoneamento ambiental (afastamento de Unidades de Conservação ou áreas correlatas);
	b) respeitar as distâncias mínimas estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes de ecossistemas frágeis, recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
II) Quanto à segurança e sinalização:	a) sistema de controle de acesso de veículos, pessoas não autorizadas e animais, sob vigilância contínua; e
	b) sinalização de advertência com informes educativos quanto aos perigos envolvidos.
III) Quanto aos aspectos Técnicos:	a) sistemas de drenagem de águas pluviais;
	b) coleta e disposição adequada dos percolados;
	c) coleta de gases;
	d) impermeabilização da base e taludes; e
	e) monitoramento ambiental.
IV) Quanto ao processo de disposição final de resíduos de serviços de saúde:	a) disposição dos resíduos diretamente sobre o fundo do local;
	b) acomodação dos resíduos sem compactação direta;
	c) cobertura diária com solo, admitindo-se disposição em camadas;
	d) cobertura final; e
	e) plano de encerramento.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 96.044, DE 18 DE MAIO DE 1988.

Aprova o Regulamento para o Transporte

Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras

providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e considerando o disposto na Lei nº 7.092, de 19 de abril de 1983, e no Decreto-lei nº 2.063, de 6 de outubro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Transportes.

Art. 2º O transporte rodoviário de produtos perigosos realizado pelas Forças Armadas obedecerá à legislação específica.

Art. 3º O Ministro de Estado dos Transportes expedirá, mediante portaria, os atos complementares e as modificações de caráter técnico que se façam necessários para a permanente atualização do regulamento e obtenção de níveis adequados de segurança nesse tipo de transporte de carga.

Art. 4º O [art. 103, e seu § 1º, do regulamento baixado com o Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968](#), continua a vigorar com a redação dada pelo [Decreto nº 88.821, de 6 de outubro de 1983](#).

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. 19 5.1988

REGULAMENTO PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O transporte, por via pública, de produto que seja perigoso ou represente risco para a saúde de pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente, fica submetido às regras e procedimentos estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo do disposto em legislação e disciplina peculiar a cada produto.

§ 1º Para os efeitos deste Regulamento é produto perigoso o relacionado em Portaria do Ministro dos Transportes.

§ 2º No transporte de produto explosivo e de substância radioativa serão observadas, também, as normas específicas do Ministério do Exército e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, respectivamente.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DO TRANSPORTE

Seção I

Dos Veículos e dos Equipamentos

Art. 2º Durante as operações de carga, transporte, descarga, transbordo, limpeza e descontaminação os veículos e equipamentos utilizados no transporte de produto perigoso deverão portar rótulos de risco e painéis de segurança específicos, de acordo com as NBR-7500 e NBR- 8286.

Parágrafo-único. Após as operações de limpeza e completa descontaminação dos veículos e equipamentos, os rótulos de risco e painéis de segurança serão retirados.

Art. 3º Os veículos utilizados no transporte de produto perigoso deverão portar o conjunto de equipamentos para situações de emergência indicado por Norma Brasileira ou, na inexistência desta, o recomendado pelo fabricante do produto.

Art. 4º Os veículos e equipamentos (como tanques e contêineres) destinados ao transporte de produto perigoso a granel deverão ser fabricados de acordo com as Normas Brasileiras ou, na inexistência destas, com norma internacional aceita.

§ 1º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, ou entidade, por ele credenciada, atestará a adequação dos veículos e equipamentos ao transporte de produto perigoso, nos termos dos seus regulamentos técnicos.

§ 2º Sem prejuízo das vistorias periódicas previstas na legislação de trânsito, os veículos e equipamentos de que trata este artigo serão vistoriados, em periodicidade não superior a três anos, pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada, de acordo com instruções e cronologia estabelecidos pelo próprio INMETRO, observados os prazos e rotinas recomendadas pelas normas de fabricação ou inspeção, fazendo-se as devidas anotações no "Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel" de que trata o item I do art. 22.

§ 3º Os veículos e equipamentos referidos no parágrafo anterior, quando acidentados ou avariados, deverão ser vistoriados e testados pelo INMETRO ou entidade pelo mesmo credenciada, antes de retornarem à atividade.

Art. 5º Para o transporte de produto perigoso a granel os veículos deverão estar equipados com tacógrafo, ficando os discos utilizados à disposição do expedidor, do contratante, do destinatário e das autoridades com jurisdição sobre as vias, durante três meses, salvo no caso de acidente, hipótese em que serão conservados por um ano.

Seção II

Da Carga e Seu Acondicionamento

Art. 6º O produto perigoso fracionado deverá ser acondicionado de forma a suportar os riscos de carregamento, transporte, descarregamento e transbordo, sendo o expedidor responsável pela adequação do acondicionamento segundo especificações do fabricante.

§ 1º No caso de produto importado, o importador será o responsável pela observância ao que preceitua este artigo, cabendo-lhe adotar as providências necessárias junto ao fornecedor estrangeiro.

§ 2º No transporte de produto perigoso fracionado, também as embalagens externas deverão estar rotuladas, etiquetadas e marcadas de acordo com a correspondente classificação e o tipo de risco.

Art. 7º É proibido o transporte, no mesmo veículo ou contêiner, de produto perigoso com outro tipo de mercadoria, ou com outro produto perigoso, salvo se houver compatibilidade entre os diferentes produtos transportados. ([Redação dada pelo Decreto nº 4.087, de 2002](#))



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

§ 1º Consideram-se incompatíveis, para fins de transporte conjunto, produtos que, postos em contato entre si, apresentem alterações das características físicas ou químicas originais de qualquer deles, gerando risco de provocar explosão, desprendimento de chama ou calor, formação de compostos, misturas, vapores ou gases perigosos. (Incluído pelo Decreto nº 4.087, de 2002).

§ 2º É proibido o transporte de produtos perigosos, com risco de contaminação, juntamente com alimentos, medicamentos ou objetos destinados a uso humano ou animal ou, ainda, com embalagens de mercadorias destinadas ao mesmo fim. (Incluído pelo Decreto nº 4.087, de 2002).

§ 3º É proibido o transporte de animais juntamente com qualquer produto perigoso. (Incluído pelo Decreto nº 4.087, de 2002)

§ 4º Para aplicação das proibições de carregamento comum, previstas neste artigo, não serão considerados os produtos colocados em pequenos cofres de carga distintos, desde que estes assegurem a impossibilidade de danos a pessoas, mercadorias ou ao meio ambiente. (Incluído pelo Decreto nº 4.087, de 2002)

Art. 8º É vedado transportar produtos para uso humano ou animal em tanques de carga destinados ao transporte de produtos perigosos a granel.

Seção III

Do Itinerário

Art. 9º O veículo que transportar produto perigoso deverá evitar o uso de vias em áreas densamente povoadas ou de proteção de mananciais, reservatórios de água ou reservas florestais e ecológicas, ou em que delas sejam próximas.

Art. 10. O expedidor informará anualmente ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER os fluxos de transporte de produtos perigosos que embarcar com regularidade, especificando:

I - classe do produto e quantidade transportadas;

II - pontos de origem e destino.

§ 1º As informações ficarão à disposição dos órgãos e entidades do meio ambiente, da defesa civil e das autoridades com jurisdição sobre as vias.

§ 2º Com base nas informações de que trata este artigo, o Ministério dos Transportes, com a colaboração do DNER e de órgãos e entidades públicas e privadas, determinará os critérios técnicos de seleção dos produtos para os quais solicitará informações adicionais, como frequência de embarques, formas de acondicionamento e itinerário, incluindo as principais vias percorridas.

Art. 11. As autoridades com jurisdição sobre as vias poderão determinar restrições ao seu uso, ao longo de toda a sua extensão ou parte dela, sinalizando os trechos restritos e assegurando percurso alternativo, assim como estabelecer locais e períodos com restrição para estacionamento, parada, carga e descarga.

Art. 12. Caso a origem ou o destino de produto perigoso exigir o uso de via restrita, tal fato deverá ser comprovado pelo transportador perante a autoridade com jurisdição sobre a mesma, sempre que solicitado.

Art. 13. O itinerário deverá ser programado de forma a evitar a presença de veículo transportando produto perigoso em vias de grande fluxo de trânsito, nos horários de maior intensidade de tráfego.

Seção IV

Do Estacionamento

Art. 14. O veículo transportando produto perigoso só poderá estacionar para descanso ou pernoite em áreas previamente determinadas pelas autoridades competentes e, na inexistência de tais áreas, deverá evitar o estacionamento em zonas residenciais, logradouros públicos ou locais de fácil acesso ao público, áreas densamente povoadas ou de grande concentração de pessoas ou veículos.

§ 1º Quando, por motivo de emergência, parada técnica, falha mecânica ou acidente, o veículo parar em local não autorizado, deverá permanecer sinalizado e sob a vigilância de seu condutor ou de autoridade local, salvo se a sua ausência for imprescindível para a comunicação do fato, pedido de socorro ou atendimento médico.

§ 2º Somente em caso de emergência o veículo poderá estacionar ou parar nos acostamentos das rodovias.

Seção V

Do Pessoal Envolvido na Operação do Transporte Art. 15. O condutor de veículo utilizado no transporte de produto perigoso, além das qualificações e habilitações previstas na legislação de trânsito, deverá receber treinamento específico, segundo programa a ser aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), por proposta do Ministério dos Transportes.

Art. 16. O transportador, antes de mobilizar o veículo, deverá inspecioná-lo, assegurando-se suas perfeitas condições para o transporte para o qual é destinado e com especial atenção para o tanque, carroceria e demais dispositivos que possam afetar a segunda da carga transportada.

Art. 17. O condutor, durante a viagem, é o responsável pela guarda, conservação e bom uso dos equipamentos e acessórios do veículo inclusive os exigidos em função da natureza específica dos produtos transportados.

Parágrafo único. O condutor deverá examinar, regularmente e em local adequado, as condições gerais do veículo, verificando, inclusive, a existência de vazamento, o grau de aquecimento e as demais condições dos pneus do conjunto transportador.

Art. 18. O condutor interromperá a viagem e entrará em contato com a transportadora, autoridades ou a entidade cujo telefone esteja listado no Envelope para o transporte, quando ocorrerem alterações nas condições de partida, capazes de colocar em risco a segurança de vidas, de bens ou do meio ambiente.

Art. 19. O condutor não participará das operações de carregamento, descarregamento e transbordo da carga, salvo se devidamente orientado e autorizado pelo expedidor ou pelo destinatário, e com a anuência do transportador.

Art. 20. Todo o pessoal envolvido nas operações de carregamento, descarregamento e transbordo de produto perigoso usará traje e equipamento de proteção individual, conforme normas e instruções baixadas pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo único. Durante o transporte o condutor do veículo usará o traje mínimo obrigatório, ficando desobrigado do uso de equipamentos de proteção individual.

Art. 21. Todo o pessoal envolvido na operação de transbordo de produto perigoso a granel receberá treinamento específico.

Seção VI

Da Documentação

Art. 22. Sem prejuízo do disposto na legislação fiscal, de transporte, de trânsito e relativa ao produto transportado, os veículos que estejam transportando produto perigoso ou os equipamentos relacionados com essa finalidade, só poderão circular pelas vias públicas portando os seguintes documentos:

I - Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel do veículo e dos equipamentos, expedido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada;

II - Documento Fiscal do produto transportado, contendo as seguintes informações:

a) número e nome apropriado para embarque;

b) classe e, quando for o caso, subclasse à qual o produto pertence;

c) declaração assinada pelo expedidor de que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento e transporte, conforme a regulamentação em vigor;

III - Ficha de Emergência e Envelope para o Transporte, emitidos pelo expedidor, de acordo com as NBR-7503, NBR-7504 E NBR-8285, preenchidos conforme instruções fornecidos pelo fabricante ou importador do produto transportado, contendo:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- a) orientação do fabricante do produto quanto ao que deve ser feito e como fazer em caso de emergência, acidente ou avaria; e
 - b) telefone de emergência da corporação de bombeiros e dos órgãos de policiamento do trânsito, da defesa civil e do meio ambiente ao longo do itinerário.
- § 1º É admitido o Certificado Internacional de Capacidade dos Equipamentos para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel.

§ 2º O Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel perderá a validade quando o veículo ou o equipamento:

- a) tiver suas características alteradas;
- b) não obtiver aprovação em vistoria ou inspeção;
- c) não for submetido a vistoria ou inspeção nas épocas estipuladas; e
- d) acidentado, não for submetido a nova vistoria após sua recuperação.

§ 3º As vistorias e inspeções serão objeto de laudo técnico e registradas no Certificado de Capacitação previsto no item I deste artigo.

§ 4º O Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel não exime o transportador da responsabilidade por danos causados pelo veículo, equipamento ou produto perigoso, assim como a declaração de que trata a alínea "c" do item II deste artigo não isenta o expedidor da responsabilidade pelos danos causados exclusivamente pelo produto perigoso, quando agirem com imprudência, imperícia ou negligência.

Seção VII

Do Serviço De Acompanhamento Técnico Especializado

Art. 23. O transporte rodoviário de produto perigoso que, em função das características do caso, seja considerado como oferecendo riscos por demais elevado, será tratado como caso especial, devendo seu itinerário e sua execução serem planejados e programados previamente, com participação do expedidor, do contratante do transporte, do transportador, do destinatário, do fabricante ou importador do produto, das autoridades com jurisdição sobre as vias a serem utilizadas e do competente órgão do meio ambiente, podendo ser exigido acompanhamento técnico especializado (art. 50, I)

§ 1º O acompanhamento técnico especializado disporá de viaturas próprias, tripuladas por elementos devidamente treinados e equipados para ações de controle de emergência e será promovido, preferencialmente, pelo fabricante ou o importador do produto, o qual, em qualquer hipótese, fornecerá orientação e consultoria técnica para o serviço.

§ 2º As viaturas de que trata o parágrafo precedente deverão portar, durante o acompanhamento, os documentos mencionados no item III do art. 22 e os equipamentos para situações de emergência a que se refere o art. 3º.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS EM CASO DE EMERGÊNCIA, ACIDENTE OU AVARIA

Art. 24. Em caso de acidente, avaria ou outro fato que obrigue a imobilização de veículo transportando produto perigoso, o condutor adotará as medidas indicadas na Ficha de Emergência e no Envelope para o Transporte correspondentes a cada produto transportado, dando ciência à autoridade de trânsito mais próxima, pelo meio disponível mais rápido, detalhando a ocorrência, o local, as classes e quantidades dos materiais transportados.

Art. 25. Em razão da natureza, extensão e características da emergência, a autoridade que atender ao caso determinará ao expedidor ou ao fabricante do produto a presença de técnicos ou pessoal especializado.

Art. 26. O contrato de transporte deverá designar quem suportará as despesas decorrentes da assistência de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. No silêncio do contrato o ônus será suportado pelo transportador.

Art. 27. Em caso de emergência, acidente ou avaria, o fabricante, o transportador, o expedidor e o destinatário do produto perigoso darão o apoio e prestarão esclarecimentos que lhes forem solicitados pelas autoridades públicas.

Art. 28. As operações de transbordo em condições de emergência deverão ser executadas em conformidade com a orientação do expedidor ou fabricante do produto, e se possível, com a presença de autoridade pública.

§ 1º Quando o transbordo for executado em via pública deverão ser adotadas as medidas de resguardo ao trânsito.

§ 2º Quem atuar nessas operações deverá utilizar os equipamentos de manuseio e de proteção individual recomendados pelo expedidor ou fabricante do produto.

§ 3º No caso de transbordo de produtos a granel o responsável pela operação deverá ter recebido treinamento específico.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Seção I

Do Fabricante e do Importador

Art. 29. O fabricante de equipamento destinado ao transporte de produto perigoso responde penal e civilmente por sua qualidade e adequação ao fim a que se destina.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no art. 22, item I, cumpre ao fabricante fornecer ao INMETRO as informações relativas ao início da fabricação e destinação específica dos equipamentos.

Art. 30. O fabricante de produto perigoso fornecerá ao expedidor:

I - informações relativas aos cuidados a serem tomados no transporte e manuseio do produto, assim como as necessárias ao preenchimento da Ficha de Emergência; e

II - especificações para o acondicionamento do produto e, quando for o caso, a relação do conjunto de equipamentos a que se refere o art. 3º.

Art. 31. No caso de importação, o importador do produto perigoso assume, em território brasileiro, os deveres, obrigações e responsabilidade do fabricante.

SEÇÃO II

Do Contratante, do Expedidor e do Destinatário

Art. 32. O Contratante do transporte deverá exigir do transportador o uso de veículo e equipamento em boas condições operacionais e adequados para a carga a ser transportada, cabendo ao expedidor, antes de cada viagem, avaliar as condições de segurança.

Art. 33. Quando o transportador não os possuir, deverá o contratante fornecer os equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria, com as devidas instruções do expedidor para sua utilização.

Art. 34. O expedidor é responsável pelo acondicionamento do produto a ser transportado, de acordo com as especificações do fabricante.

Art. 35. No carregamento de produtos perigosos o expedidor adotará todas as precauções relativas à preservação dos mesmos, especialmente quanto à compatibilidade entre si (art. 7º).

Art. 36. O expedidor exigirá do transportador o emprego dos rótulos de risco e painéis de segurança correspondentes aos produtos a serem transportados, conforme disposto no art. 2º.

Parágrafo único. O expedidor entregará ao transportador os produtos perigosos fracionados devidamente rotulados, etiquetados e marcados, bem assim os rótulos de risco e os painéis de segurança para uso nos veículos, informando ao condutor as características dos produtos a serem transportados.

Art. 37. São de responsabilidade:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

I - do expedidor, as operações de carga;

II - do destinatário, as operações de descarga;

§ 1º Ao expedidor e ao destinatário cumpre orientar e treinar o pessoal empregado nas atividades referidas neste artigo.

§ 2º Nas operações de carga e descarga, cuidados especiais serão adotados, especialmente quanto à amarração da carga, a fim de evitar danos, avarias ou acidentes.

SEÇÃO III

Do Transportador

Art. 38. Constituem deveres e obrigações do transportador:

I - dar adequada manutenção e utilização aos veículos e equipamentos;

II - fazer vistoriar as condições de funcionamento e segurança do veículo e equipamento, de acordo com a natureza da carga a ser transportada, na periodicidade regulamentar;

III - fazer acompanhar, para ressalva das responsabilidades pelo transporte, as operações executadas pelo expedidor ou destinatário de carga, descarga e transbordo, adotando as cautelas necessárias para prevenir riscos à saúde e integridade física de seus prepostos e ao meio ambiente;

IV - transportar produtos a granel de acordo com o especificado no "Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel" (art. 22, I);

V - requerer o "Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel", quando for o caso, e exigir do expedidor os documentos de que tratam os itens II e III do art. 22;

VI - providenciar para que o veículo porte o conjunto de equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria (art. 35), assegurando-se do seu bom funcionamento;

VII - instruir o pessoal envolvido na operação de transporte quanto à correta utilização dos equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria, conforme as instruções do expedidor;

VIII - zelar pela adequada qualificação profissional do pessoal envolvido na operação de transporte, proporcionando-lhe treinamento específico, exames de saúde periódicos e condições de trabalho conforme preceitos de higiene, medicina e segurança do trabalho;

IX - fornecer a seus prepostos os trajes e equipamentos de segurança no trabalho, de acordo com as normas expedidas pelo Ministério do Trabalho, zelando para que sejam utilizados nas operações de transporte, carga, descarga e transbordo;

X - providenciar a correta utilização, nos veículos e equipamentos, dos rótulos de risco e painéis de segurança adequados aos produtos transportados;

XI - realizar as operações de transbordo observando os procedimentos e utilizando os equipamentos recomendados pelo expedidor ou fabricante do produto;

XII - assegurar-se de que o serviço de acompanhamento técnico especializado preenche os requisitos deste Regulamento e das instruções específicas existentes (art. 23);

XIII - dar orientação quanto à correta estivação da carga do veículo, sempre que, por acordo com o expedidor, seja co-responsável pelas operações de carregamento e descarregamento.

Parágrafo único. Se o transportador receber a carga largada ou for impedido, pelo expedidor ou destinatário, de acompanhar carga e descarga, ficará desonerado da responsabilidade por acidente ou avaria decorrentes do mau acondicionamento da carga.

Art. 39. Quando o transporte for realizado por transportador comercial autônomo, os deveres e obrigações a que se referem os itens VI a IX do artigo anterior constituem responsabilidade de quem o tiver contratado.

Art. 40. O transportador é solidariamente responsável com o expedidor na hipótese de receber, para transporte, produtos cuja embalagem apresente sinais de violação, deterioração, mau estado de conservação ou de qualquer forma infrinja o preceituado neste Regulamento e demais normas ou instruções aplicáveis.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 41. A fiscalização para a observância deste Regulamento e de suas instruções complementares incumbe ao Ministério dos Transportes, sem prejuízo da competência das autoridades com jurisdição sobre a via por onde transite o veículo transportador.

Parágrafo único. A fiscalização compreenderá:

a) exame dos documentos de porte obrigatório (art. 22);

b) adequação dos rótulos de risco e painéis de segurança (art. 2º), bem assim dos rótulos e etiquetas das embalagens (art. 6º, § 2º), ao produto especificado no Documento Fiscal; e

c) verificação da existência de vazamento no equipamento de transporte de carga a granel e, em se tratando de carga fracionada, sua arrumação e estado de conservação das embalagens.

Art. 42. Ao ter conhecimento de veículo trafegando em desacordo com o que preceitua este Regulamento, a autoridade com jurisdição sobre a via deverá retê-lo imediatamente, liberando-o só após sanada a infração, podendo, se necessário, determinar:

I - a remoção do veículo para local seguro, podendo autorizar o seu deslocamento para local onde possa ser corrigida a irregularidade;

II - o descarregamento e a transferência dos produtos para outro veículo ou para local seguro;

III - a eliminação da periculosidade da carga ou a sua destruição, sob a orientação do fabricante ou do importador do produto e, quando possível, com a presença do representante da seguradora.

§ 1º As providências de que trata este artigo serão adotadas em função do grau e natureza do risco, mediante avaliação técnica e, sempre que possível, acompanhamento do fabricante ou

importador do produto, contratante, expedidor, transportador, representante da Defesa Civil e de órgão do meio ambiente.

§ 2º Enquanto retido, o veículo permanecerá sob a guarda da autoridade, sem prejuízo da responsabilidade do transportador pelos fatos que deram origem à retenção.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 43. A inobservância das disposições deste Regulamento e instruções complementares referentes ao transporte de produto perigoso sujeita o infrator a:

I - multa até o valor máximo de cem Obrigações do Tesouro Nacional - OTN;

II - cancelamento do registro de que trata a [Lei nº 7.092, de 19 de abril de 1983](#).

§ 1º A aplicação da multa compete à autoridade com jurisdição sobre a via onde a infração foi cometida.

§ 2º Ao infrator passível de multa é assegurada defesa, previamente ao recolhimento desta, perante a autoridade com jurisdição sobre a via, no prazo de trinta dias, contados da data da autuação.

§ 3º Da decisão que aplicar a penalidade de multa, cabe recurso com efeito suspensivo, a ser interposto na instância superior do órgão autuante, no prazo de trinta dias, contados da data em que o infrator for notificado, observados os procedimentos peculiares a cada órgão.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

§ 4º A aplicação da penalidade de cancelamento no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários - RTB compete ao Ministro dos Transportes, mediante proposta justificada do DNER ou da autoridade com jurisdição sobre a via.

§ 5º O infrator será notificado do envio da proposta de que trata o parágrafo anterior, bem assim dos seus fundamentos, podendo apresentar defesa perante o Ministério dos Transportes no prazo de trinta dias.

§ 6º Da decisão que aplicar a penalidade de cancelamento de registro no RTB cabe pedido de reconsideração a ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data da notificação do infrator.

§ 7º Para o efeito da averbação no registro do infrator, as autoridades com jurisdição sobre as vias comunicarão ao DNER as penalidades aplicadas em suas respectivas jurisdições.

Art. 44. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com a sua gravidade, em três grupos:

I - Primeiro Grupo - as que serão punidas com multa de valor equivalente a 100 OTN;

II - Segundo Grupo - as que serão punidas com multa de valor equivalente a 50 OTN; e

III - Terceiro Grupo - as que serão punidas com multa de valor equivalente a 20 OTN;

§ 1º Na reincidência específica, a multa será aplicada em dobro.

§ 2º Cometidas, simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diversa, aplicar-se-ão, cumulativamente, as penalidades correspondentes a cada uma.

Art. 45. Ao transportador serão aplicadas as seguintes multas:

I - Primeiro Grupo, quando:

a) transportar produto cujo deslocamento rodoviário seja proibido pelo Ministério dos Transportes;

b) transportar produto perigoso a granel que não conste do Certificado de Capacitação;

c) transportar produto perigoso a granel em veículo desprovido de Certificado de Capacitação válido;

d) transportar, juntamente com produto perigoso, pessoas, animais, alimentos ou

medicamentos destinados ao consumo humano ou animal, ou, ainda, embalagens destinadas a estes bens; e

e) transportar produtos incompatíveis entre si, apesar de advertido pelo expedidor;

II - Segundo Grupo, quando:

a) não der manutenção ao veículo ou ao seu equipamento;

b) estacionar ou parar com inobservância ao preceituado no art. 14;

c) transportar produtos cujas embalagens se encontrem em más condições;

d) não adotar, em caso de acidente ou avaria, as providências constantes da Ficha de Emergência e do Envelope para o Transporte; e

e) transportar produto a granel sem utilizar o tacógrafo ou não apresentar o disco à autoridade competente, quando solicitado;

III - Terceiro Grupo, quando:

a) transportar carga mal estivada;

b) transportar produto perigoso em veículo desprovido de equipamento para situação de emergência e proteção individual;

c) transportar produto perigoso desacompanhado de Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel (art. 22, I);

d) transportar produto perigoso desacompanhado de declaração de responsabilidade do expedidor (art. 22, II, "c"), aposta no Documento Fiscal;

e) transportar produto perigoso desacompanhado de Ficha de Emergência e Envelope para o Transporte (art. 22, III);

f) transportar produto perigoso sem utilizar, nas embalagens e no veículo, rótulos de risco e painéis de segurança em bom estado e correspondentes ao produto transportado;

g) circular em vias públicas nas quais não seja permitido o trânsito de veículos transportando produto perigoso; e

h) não dar imediata ciência da imobilização do veículo em caso de emergência, acidente ou avaria;

Parágrafo único. Será cancelado o registro do transportador que, no período de doze meses for punido com seis multas do Primeiro Grupo.

Art. 46. Ao expedidor serão aplicadas as seguintes multas:

I - Primeiro Grupo, quando:

a) embarcar no veículo produtos incompatíveis entre si;

b) embarcar produto perigoso não constante do Certificado de Capacitação do veículo ou equipamento ou estando esse Certificado vencido;

c) não lançar no Documento Fiscal as informações de que trata o item II do art. 22;

d) expedir produto perigoso mal acondicionado ou com embalagens em más condições; e

e) não comparecer ao local do acidente quando expressamente convocado pela autoridade competente (art. 25);

II - Segundo Grupo, quando:

a) embarcar produto perigoso em veículo que não disponha de conjunto de equipamentos para a situação de emergência e proteção individual;

b) não fornecer ao transportador a Ficha de Emergência e o Envelope para o Transporte;

c) embarcar produto perigoso em veículo que não esteja utilizando rótulos de risco e painéis de segurança, afixados nos locais adequados;

d) expedir carga fracionada com embalagem externa desprovida dos rótulos de risco específicos;

e) embarcar produto perigoso em veículo ou equipamento que não apresente adequadas condições de manutenção; e

f) não prestar os necessários esclarecimentos técnicos em situações de emergência ou acidentes, quando solicitado pelas autoridades.

Art. 47. A aplicação das penalidades estabelecidas neste Regulamento não exclui outras previstas em legislação específica, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. Para a uniforme e generalizada aplicação deste Regulamento e dos preceitos nele estabelecidos, o Ministério dos Transportes estimulará a cooperação com órgãos e entidades públicas ou privadas mediante troca de experiências, consultas e execução de pesquisas, com finalidade, inclusive, de complementação ou alteração deste Regulamento.

Art. 49. Integram o presente Regulamento, como Anexos, as NBR-7500, NBR-7503, NBR-7504, NBR-8285 e NBR-8286.

Art. 50. É da exclusiva competência do Ministro dos Transportes:

I - estabelecer, quando as circunstâncias técnicas o exigirem, medidas especiais de segurança no transporte rodoviário, inclusive determinar acompanhamento técnico especializado;

II - proibir o transporte rodoviário de cargas ou produtos considerados tão perigosos que não devam transitar por vias públicas, determinando, em cada caso, a modalidade de transporte mais adequada;

III - dispensar, no todo ou em parte, a observância deste Regulamento quando, dada a quantidade de produtos perigosos a serem transportados, a operação não ofereça riscos significativos.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

Art. 51. Compete ao transportador a contratação do seguro decorrente da execução do contrato de transporte de produto perigoso.

Art. 52. Aplica-se o presente Regulamento ao transporte internacional de produto perigoso em território brasileiro, observadas, no que couber, as disposições constantes de acordos, convênios ou tratados ratificados pelo Brasil.

Brasília, 18 de maio de 1988.

Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004

Aprova as Instruções Complementares

*ao Regulamento do Transporte
Terrestre de Produtos Perigosos.*

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais, fundamentada nos termos do Relatório DNO - 036/2004, de 11 de fevereiro de 2004 e CONSIDERANDO o disposto no art. 3º do Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988, no art. 2º do Decreto nº 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, os quais aprovam, respectivamente, os Regulamentos para o Transporte Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos; CONSIDERANDO que a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no art. 22, inciso VII, estabelece que constitui esfera de atuação da ANTT o transporte de produtos perigosos em rodovias e ferrovias;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no art. 24, inciso XIV, e termina que cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuição geral, estabelecer padrões e normas técnicas complementares relativas às operações de transporte terrestre de produtos perigosos;

CONSIDERANDO o disposto no PARECER/ANTT/PRG/FAB/nº 151-4.13/2003, de 15 de abril de 2003, que conclui ser atribuição da ANTT expedir atos complementares e as modificações de caráter técnico que se façam necessários para a permanente atualização dos Regulamentos e obtenção de níveis adequados de segurança no transporte desse tipo de carga;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das instruções complementares ao regulamento do transporte terrestre de produtos perigosos, tendo em vista a evolução técnica das normas e padrões praticados internacionalmente com base nas recomendações emanadas do Comitê de Peritos das Nações Unidas, no qual o Brasil integra como representante oficial;

CONSIDERANDO a Audiência Pública nº 008/2003, realizada no período de 15 de setembro a 10 de outubro de 2003; e

CONSIDERANDO a atribuição do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro de regulamentar e acompanhar os programas de avaliação da conformidade e fiscalização de embalagens, embalagens grandes, contentores intermediários para graneis (IBCs) e tanques portáteis, de acordo com o disposto nas Leis nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 e nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Aprovar as anexas Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Art. 2º Determinar o prazo de 8 (oito) meses, contados a partir da vigência desta Resolução, para exigência do cumprimento das disposições referentes à identificação das unidades de transporte, unidades de carga e dos volumes, alteradas por esta Resolução.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG que adote as providências para estabelecer Convênios de Cooperação, visando promover a fiscalização nos termos da presente Resolução.

Parágrafo único. Para fins de fiscalização será observado somente o disposto nesta Resolução.

Art. 4º Estabelecer que esta Resolução entre em vigor em 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação, substituindo as Portarias do Ministério dos Transportes de nº 261, de 11 de abril de 1989, de nº 204, de 20 de maio de 1997, de nº 409, de 12 de setembro de 1997, de nº 101, de 30 de março de 1998, de nº 402, de 09 de setembro de 1998, de nº 490, de 16 de novembro de 1998, de nº 342, de 11 de outubro de 2000, de nº 170, de 09 de maio de 2001 e de nº 254, de 10 de julho de 2001.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

4) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§ 1º - Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em

especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

§ 2º - Cumprir todas as exigências das leis trabalhistas e normas de segurança e higiene de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo permanecerem no local que está sendo executado o serviço;

§ 3º - Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;

§ 4º - Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e encargos sociais relativos ao objeto contratado.

§ 5º - Manter durante toda a execução do contrato o registro em CTPS de todos os seus funcionários.

Pariqueira-Açu, 27 de Maio de 2.014.

JOSÉ CARLOS SILVA PINTO
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

ANEXO VII MINUTA

CONTRATO Nº 000/2.014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014
PROCESSO Nº 029/2.014

EDITAL Nº 019/2.014

Pelo presente instrumento de contrato, que entre si fazem, de um lado a **Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu**, doravante denominada, CONTRATANTE, aqui representada pelo Sr. **JOSÉ CARLOS SILVA PINTO**, Prefeito Municipal, e de outro a Empresa _____, situada à Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado de _____, representada na forma seu (Contrato Social) –(Procuração) pelo Sr.(a) _____, portador (a) do C.P.F. nº _____, R.G. nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado de _____, denominada CONTRATADA, para celebrar o presente Contrato, resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2.014**, do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, objetivando a contratação de empresa, acima citada, prorrogável até o limite estabelecido no inc. II do art. 57 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, que será regida pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS) CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA RDC Nº 358/05, DA ANVISA RDC Nº 306/05 POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços após a assinatura do Contrato.

As coletas serão realizadas nas dependências da UBS- Unidade Básica de Saúde, Sítio à Rua Pedro Bonne, nº 400, Centro, conforme agenda do Departamento Municipal de Saúde e acordo entre as partes, pelo período de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente contrato constitui a importância de **R\$ 0,00** (reais), fixo e irrevogável.

Parágrafo Único – O preço referido no caput, além da mão-de-obra, materiais e todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como todas as despesas com transportes, seguros, equipamentos de segurança, impostos e / ou taxas e com outras pertinentes correrão por conta da **CONTRATADA**, que responderá pela realização das mesmas independentemente da manifestação do preposto da **CONTRATANTE**, sendo condição obrigatória para a realização dos respectivos pagamentos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante crédito em conta-corrente da adjudicatária, por ordem bancária, em até 15 (quinze) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela **CONTRATANTE**.

Os pagamentos serão efetuados atendendo a demanda, sendo pago apenas a quantidade de resíduos de RSSS retirados no mês.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta de recursos provenientes das dotações orçamentárias abaixo:

01 – PODER EXECUTIVO

01.05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0002 – Atenção Básica

2.007 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

05.300.51 – PAB FIXO

FICHA 67

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRAÇA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão depositados na conta bancária da empresa pela tesouraria da Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu-SP.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

a) A Contratada assume integral responsabilidade por todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, bem como pelos profissionais empregados, inclusive pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto do presente contrato.

Parágrafo Único - A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nestas cláusulas, não transfere a Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

b) A Contratada se obriga a efetuar as coletas nas dependências da UBS-Unidade Básica de Saúde, sítio à Rua Pedro Bonne, nº 400, Centro, sendo sua total responsabilidade a destinação final.

c) A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou terceiros de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluído ou reduzido essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento exercido pelo representante da Contratante.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

- d) A Contratada se obriga a operar os equipamentos com pessoal especializado, arcando com todas as despesas com manutenção dos equipamentos, salários, encargos sociais, transporte, alimentação e estadia de seu pessoal, impostos e taxas incidentes sobre o objeto deste contrato.
- e) A Contratada se obriga a fornecer os equipamentos de proteção e segurança necessários à perfeita execução dos serviços, bem como, adota procedimentos de segurança que garantam a integridade física dos seus empregados, responsabilizando-se por eventual acidente que os mesmos venham a sofrer durante a execução dos serviços, objeto desta contratação.
- g) A Contratada se obriga a executar os serviços dentro do prazo estabelecido neste instrumento.
- h) A Contratada obriga-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação que são exigidas nesta licitação.
- i) Realizar todos os serviços em conformidade com as especificações do Anexo VI – Termo de Referência.

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente **CONTRATO**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente **CONTRATO**, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à **CONTRATADA**.

A **CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento dos serviços executados, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas às formalidades previstas.

A **CONTRATANTE** obriga-se a pagar pontualmente as medições dos serviços executados pela **CONTRATADA**.

CLAUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos trabalhos da **CONTRATADA** será exercida pela **CONTRATANTE**, através de agente por ela designado, o qual poderá, junto ao Representante da **CONTRATADA**, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais se não forem sanadas serão objeto de comunicação oficial à **CONTRATADA**, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado permanecerá fixo e irrevogável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Na hipótese de a Contratada descumprir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

§ 1º - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão administrativa, com as consequências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, sem prejuízo das penalidades a que aludem os artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

§ 2º - A multa a que se refere o inciso II do art. 87, da lei citada no art. Anterior, será de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

§ 3º - O atraso injustificado na execução do contrato acarretará as seguintes multas:

I - Atraso até 10 (dez) dias, multa de 0,1% sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

II - Atraso superior a 10 (dez) dias, multa de 0,15% sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

§ 4º - Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 5%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pela **CONTRATANTE**, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

II - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

III - Por descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das cláusulas ou dispositivo do presente contrato pela **CONTRATADA**;

IV - Pela decretação de falência, pedido de concordata, insolvência, liquidação judicial ou extrajudicial ou suspensão pelas autoridades competentes das atividades da **CONTRATADA**.

V - Pela dissolução da empresa contratada;

VI - Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Jacupiranga-SP, Vara Distrital de Pariqueira-Açu-SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão resultante do presente contrato.

E por acharem justo e contratado, assinam e rubricam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, para todos os fins de direito.

Pariqueira-Açu, ____ de ____ de 2.014.

JOSÉ CARLOS SILVA PINTO
Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:

1º - _____
R.G.

2º - _____
R.G.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(papel timbrado da licitante)

AO
PREGOEIRO DA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU/ SP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014

PROCESSO Nº 029/2.014

EDITAL Nº 019/2.014

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Paríquera-Açu-SP.

(Local/data)....., de de 2.014.

(assinatura)

Nome:

RG:

Função ou cargo:

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2.014

PROCESSO Nº 029/2.014

EDITAL Nº 019/2.014

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS) CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA RDC Nº 358/05, DA ANVISA RDC Nº 306/05 POR UM PERÍODO DE 12 MESES.**

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ. N.º: _____ INSC. ESTADUAL: _____

ENDEREÇO: _____

TEL/FAX: _____ E-MAIL: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Parquera Açu

quarta feira, 27 de maio de 2014

Edição nº 55. Ticket 55

DECLARO QUE RETIREI JUNTO AO SITE www.parqueraacu.sp.gov.br, INTEGRALMENTE O EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL ACIMA IDENTIFICADO.

LOCAL: _____, _____ DE _____ 2.014.

ASSINATURA

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA AÇU e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria, preencher o recibo de retirada do edital e remeter à Seção de Licitação, através do Tel/fax: (0**13) 3856-2330.

A não remessa do recibo exime a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA AÇU, da responsabilidade da comunicação por meio de fax ou e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.